

ATA N.º 7.1/XIII/2024

Sessão Ordinária dezembro/2024

1ª Reunião – 11/12/2024

Aos onze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Ata nº5.1/24 – XIII Mandato – sessão ordinária de junho - 1ª reunião – 28.06.2024;
 - 3.2 - Ata nº5.2/24 – XIII Mandato – sessão ordinária de junho - 2ª reunião – 03.07.2024;
 - 3.3 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato, apresentado por Elvis João Duarte de Freitas (nºs 1 e 2 do art. 8º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);
 - 3.4 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato, apresentado por Raquel de Jesus Garcia Capucho (nºs 1 e 2 do art. 8º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);
 - 3.5 - Orçamento, Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano 2025;
 - 3.6 - Mapa de Pessoal do Município da Moita para o ano 2025;
 - 3.7 - Retificação mapa de pessoal;
 - 3.8 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024;
 - 3.9 - Lançamento de Derrama 2025;
 - 3.10 - Fixação Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2025;
 - 3.11 - Regulamento do Cuidador Informal das Colónias de Gatos do Município da Moita;
 - 3.12 - Saída do Município da AIA – Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal;
 - 3.13 - Versão Final do Projeto de Regulamento de Atribuição e de Gestão de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município da Moita;
 - 3.14 - Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal;
 - 3.15 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Miguel Francisco Amoêdo Canudo foi substituído por Rui Pedro Neto Garcia
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- Cândida de Lurdes Gomes Vinagre foi substituída por João Vasco Ramos Neves
- João Pedro Oliveira Vargas da Palma foi substituído por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Edgar Miguel Amieiro Casimiro foi substituído por Daniel José Viegas Serpa
- Susana Isabel Horta Martins foi substituída por Hélia Marta Nobre Palma
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, foi substituído pelo Secretário daquele Órgão, Pedro António da Cruz Oliveira
- Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias, foi substituída pelo Tesoureiro daquele Órgão, Luís Filipe Valentim Cerqueira

Verificação de ausências:

Após as substituições efetuadas verificou-se a ausência de Helena Sofia Piedade Teixeira Dias e Ana Isabel Pinto Pereira.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Sandra Isabel Casaca de Castro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Luís Manuel Miranda Amieiro, António Carlos Pedrosa Pereira, Pedro Miguel Dias Pinhal, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Declaro aberta esta Reunião Ordinária da Assembleia Municipal da Moita, que marca um momento especialmente relevante no calendário autárquico, com a discussão e aprovação do Orçamento e Plano de Atividades da Câmara Municipal de 2025, entre outros. Este será o último orçamento que discutiremos neste mandato, um instrumento que definirá as prioridades e as respostas do município no próximo ano, em prol do desenvolvimento do nosso concelho e do bem-estar da nossa Comunidade. Como é regimental, iniciamos com o Período de Intervenção do Público, um momento fundamental para ouvir a voz direta dos cidadãos. Este período, bem como o Período Antes da Ordem do Dia, terão ambos a duração máxima de 60 minutos, e apelamos a todos para que respeitem o Tempo previsto e possam ser o mais objetivo possível nas suas intervenções. O Período da Ordem do Dia seguirá de seguida, culminando nos pontos estruturantes que estão na agenda.

Relembro que o Regimento estabelece o termo máximo da reunião às zero horas e trinta, salvo se estivermos em plena discussão num ponto, caso em que poderemos prolongar os trabalhos até há uma hora. Esta norma, é essencial para garantir a eficiência e o respeito pelos compromissos dos presentes. Se não conseguirmos discutir, apreciar ou votar todos os pontos da ordem de trabalhos desta sessão, continuará, conforme o Regimento e a lei estabelecem, na segunda reunião, amanhã, dia 12, à mesma hora e local.

Faço um apelo à dignidade e ao respeito democrático em todas as intervenções, que incluiu, naturalmente, também a palavra dos munícipes. O que aqui é colocado, e discutimos, são ideias, reclamações, pontos de vista e propostas em benefício do concelho e não devem tornar-se ataques pessoais. É este respeito mútuo que fornece a nossa democracia e que nos permite trabalhar em prol de um futuro melhor para todos.

Desejo a todos uma sessão produtiva e enriquecedora.

Vamos juntos e na riqueza da diversidade que nos caracteriza, continuar a trabalhar pelo bem-estar do nosso concelho da Moita.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Paulo Caetano

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Vou começar a minha intervenção, ao contrário do que tinha, mais ou menos, planeado, pegando, exatamente, naquilo que o senhor Presidente da Assembleia disse, o respeito por todos, que todos merecem respeito, evitando ataques pessoais. E vem logo aqui à memória duas situações, uma de um vereador que chega a esta reunião às 21h15, quando a reunião está marcada para as 21h, e acho que é uma falta de respeito por tantas pessoas que aqui estão. E outra, relativamente aos ataques pessoais, lembro-me da última Assembleia, que tive aqui o ataque pessoal que o senhor Presidente da Câmara me fez, ir buscar fotografias e não sei quê, intervenções minhas noutras câmaras, que não tinham nada a ver com a minha intervenção aqui, e acho que considero que isso é um ataque pessoal. Fica mal a qualquer pessoa, muito mais a um Presidente de Câmara, mas se fosse só isso, estávamos nós bem.

Bem, então eu tinha decidido que não vinha mais às assembleias e às reuniões de Câmara, aliás, no último mês, não fui à reunião de Câmara, mas, infelizmente, eu tenho o azar de estar sempre no sítio errado à hora errada. E esse vou deixar para o fim, o último motivo que me trouxe aqui. O primeiro

motivo, é, já que o senhor Presidente não responde às minhas questões, esperar, pelo menos, que ele aqui responda e lembrar o senhor Presidente, que tanto gosta de pôr pessoas em tribunal, e já me tentou passar uma multa por ter interrompido uma sessão por causa do regulamento, está sempre a lembrar o regulamento, e eu gostava de lembrar o senhor Presidente que o regulamento também diz que o senhor Presidente de Câmara tem que responder aos munícipes, não é? E o senhor Presidente, ainda na última Assembleia, nem respondeu, fez-me aquele ataque pessoal e depois falou numa questão que nem foi uma resposta. E na última sessão de Câmara em que estive, não respondeu a nenhuma das minhas questões, e, voltando ao respeito, eu acho que isto é uma falta de respeito, portanto, vou esperar que, desta vez, senhor Presidente se digne, e vou fazer perguntas muito objetivas.

A primeira, soube que a máquina niveladora andou aí, andou por todo lado, teve dias parada, e na Quinta do Quadrado não passou, portanto, está novamente um caos, e gostava que o senhor me respondesse, objetivamente, se tem alguma intervenção planeada para lá, ou não, e quando é que é.

Depois, voltar à questão da rua das Andorinhas, que o senhor Presidente prometeu que, até ao final do ano, e está gravado, até ao final do ano, alcatroava a rua das Andorinhas, faltam 20 dias para o final do ano e não se veem lá obras nenhuma. E, a história da REN, não cola senhor Presidente. Já lhe disse que não cola, porque o senhor já pôs alcatrão naquilo, aliás, o alcatrão até devia ter começado logo por ali, que é o fresado, e começou lá pelo tiro ao prato, e nós percebemos bem porque é que aquilo começou lá com o portão do tiro ao prato até ao Bairro da Liberdade. Nós percebemos bem porquê. Entretanto, vou-lhe perguntar se existe alguma intervenção e para quando, e vou-lhe perguntar se também está disposto a acabar com a porcaria que os cães fazem ali junto ao canil.

Eu não queria voltar mais a esta questão, mas é inevitável, porque passo quase todos os fins de semana fora, e este fim de semana tive a infeliz ideia de ficar aqui, ficar cá, então, no domingo, vim à maravilhosa e bonita vila da Moita e, como é óbvio, passei lá ao canil e lá estavam aquelas dezenas de cães, todos a fazer as necessidades sem que ninguém apanhe, sem que ninguém use o saquinho, que também é de lei certo? E eu digo, “é pá, não me vou chatear, até tenho andado adoentado e tudo, eh pá nem sequer vou chatear com isto”. Segui o meu caminho, vim à Moita, quando, no regresso, há uma coisa que me chama a atenção, uma senhora com um colete da Câmara, parada, com um cão a fazer as necessidades, e o cão acaba de fazer as necessidades, a senhora arranca e eu disse “olhe, desculpe, a senhora esqueceu-se de apanhar o cocó do cão”, e a senhora continuou sem me responder, sem me dizer nada, e eu fui andando com o carro e fui dizendo “olhe, desculpe lá, penso que seja funcionária da Câmara, está usar um colete da Câmara, eu estou a questioná-la, acho que a senhora me devia responder”.

A senhora, continuou, eu insisti, e a senhora disse-me “não falo com estranhos, se quiser falar comigo desça do carro e venha aqui falar amanhã aqui falar comigo”. Prontamente, parei o carro, tirei a carteira do bolso, tirei o cartão de cidadão, cheguei ao pé da senhora e disse “olhe, tem aqui a minha identificação”, e a senhora começou a andar com o cão para dentro do pinhal e começou-me a chamar, “venha comigo, venha comigo”. Achei estranho, e disse “não, já me identifiquei e agora gostava que a senhora se identificasse”, e a senhora identificou-se, e vou dizer no fim o nome da senhora. A Senhora identificou-se, continuava a dizer “venha atrás de mim”, e eu disse “desculpe lá, não vou atrás de si para o meio do pinhal, vou fazer o quê atrás de si? Eu queria trocar 2 palavras com a senhora, a senhora parece que vai fugir”. “Não, não, quero que o senhor que vai lá tanto para as sessões de Câmara falar da porcaria dos cães”, “então, afinal, a senhora conhece-me, afinal, não sou um estranho, a senhora conhece-me”, conheço sim senhor, e tal, então eu quero é que o senhor veja o que está aqui no meio do pinhal, plásticos, entulhos, lixo de toda a qualidade, isso não preocupa o senhor?”

Eu disse, “está enganada, preocupa-me e muito, aliás, em tempos passados, eu até disponibilizei viaturas minhas para limpar a mata da Quinta do Quadrado. No tempo do senhor Presidente João Lobo, disponibilizei até viaturas minhas para limpar o que lá havia, porque aquilo era uma javardice, no ano 2000, 2000 e tal, aquilo era uma javardice que lá estava, e eu andei lá com viaturas minhas a limpar aquilo, mas, olhe, a senhora só está a apontar mais duas falhas da Câmara. Primeiro, falta de fiscalização, segundo, falta de limpeza de um terreno que é da Câmara, ou seja, então a Câmara multa os proprietários que tiverem lixo nos terrenos deles, e depois é este o exemplo que dá? E depois, a própria Câmara, que multa as outras pessoas, não limpam os terrenos que são da Câmara? Portanto, a senhora só está a apontar mais duas falhas, mas uma coisa não invalida a outra, o facto de estar lixo aí, não quer dizer que a senhora possa pôr o cão a fazer o cocó ali”.

“Aquilo é domínio público, ninguém tem nada a ver com isso”. Eu fico aqui a pensar o que é que isto quer dizer, peço desculpa, não tenho nenhum curso superior, não sou uma pessoa muito formada, se calhar, até nem sou muito inteligente, mas domínio público, na minha modesta maneira de ver, são espaços que são de todos os cidadãos certo? Dos portugueses todos, não é? Então, porque é que

ninguém tem nada a ver com isso? Isto leva-nos àquela sensação que estes senhores são os donos disto tudo. Isto é o nosso quintal, nós fazemos aquilo que queremos e que apetece, e ninguém tem nada a ver com isso.

Eu fiquei ainda mais surpreendido quando apontei o nome da senhora e fui perceber quem era a senhora. Então a senhora apresentou-se como Conceição Ribeiro e, segundo a informação que tenho, essa senhora é chefe do departamento financeiro ou chefe de gabinete dum departamento qualquer, acho que a senhora é que paga os ordenados às pessoas, segundo dizem, enfim, é uma pessoa com responsabilidades elevadas dentro da Câmara. Eu fico surpreendido com isto, é que os exemplos têm que vir de cima. Isto é a prova.

E, já agora, na última sessão de Câmara que estive, não foi neste mês passado, porque eu não estive lá, o senhor Presidente da Câmara pôs em causa, quando eu disse que tinha falado o senhor vereador, depois de ter falado naquele assunto, o senhor Presidente da Câmara pôs em causa que aquela conversa tivesse sido assim, “depois um diz uma coisa, outro diz outra, o senhor Paulo Caetano diz isto, o senhor vereador, se calhar, diz outra”. Senhor Presidente, o mentiroso aqui não sou eu, desculpe lá, eu nem sequer lhe admito, eu tenho 57 anos, e não lhe admito que o senhor ponha em causa aquilo que eu digo, porque eu não sou mentiroso, e se o senhor me apanhar uma mentira, então o senhor pode dizer aquilo que quiser, porque eu já lhe apanhei várias.

E, uma das outras questões que tenho, e também já me estava a esquecer, é quando é que o senhor vai pedir desculpa aos moradores da Quinta do Quadrado, se vai, e quando é que vai pedir desculpa por ter difamado os moradores da Quinta do Quadrado, dizendo que eles tinham faltado a reuniões que foram desmarcadas pelos seus serviços. O senhor, sobre isso, nunca disse uma palavra, e eu já o questionei sobre isso 3 ou 4 vezes, portanto, evocando também o regulamento que o senhor tanto evoca, eu tenho direito a essas respostas também.

E, já agora, gostava que o senhor me respondesse se acha normal uma funcionária, com estas responsabilidades dentro da Câmara, ter a atitude que teve quando devia dar o exemplo, e se vai ou não impor que as pessoas que vão passear os cães levem um saquinho para apanhar aquilo, porque eu estou aqui a pensar seriamente, e agora até vou entrar de férias, estou aqui a pensar, seriamente, dedicar-me ao voluntariado e, se calhar, vou agarrar nuns sacos de lixo e numa tenaz, vou começar a apanhar aquilo tudo e, se calhar, vou vazar à porta da Câmara, porque é domínio público, não faz mal nenhum, ninguém tem nada a ver com isso. Portanto, eu gostava que o senhor me dissesse se vai, ou não, acabar com aquilo. Os animais não têm culpa. Eu tenho uma quinta cheia de animais, eu sou um alto defensor dos animais, agora, acho que nós moramos ali e vocês não podem pôr toda a porcaria para a Quinta do Quadrado, porque as pessoas que largam porcaria são porcos.”

Sra. Helena Pereira

Intervio em conformidade com a transcrição infra:

“Senhor Presidente, vim aqui várias vezes, a esta Assembleia, colocar uma questão de um contentor de lixo doméstico que se encontrava junto ao muro do meu terreno, na rua Camilo Castelo Branco, nas Arrozeiras, onde depositavam todo o tipo de lixo menos o doméstico. A grua, quando ia retirar o lixo, escavava a terra e fazia buracos, pondo em risco o próprio muro.

Passado algum tempo, a Câmara Municipal da Moita resolveu fazer um passeio de lajeta e retirou o contentor para o lado oposto da rua, junto às canas, o qual eu agradeço.

Há algumas semanas, o dito contentor, voltou a ser colocado junto ao muro, em cima do passeio. Na rua Camilo Castelo Branco, todos os contentores domésticos estão do lado da linha do comboio, junto às canas. Não percebo esta mudança e quem a fez? Peço, senhor Presidente, que os técnicos ou responsáveis desta área vão verificar o porquê desta mudança para pior. O passeio está a ficar cheio de óleo, cheio de lixo e em péssimo estado.

Senhor Presidente, no nosso concelho, existem 2 coretos, o do Rosário e o de Alhos Vedros, que são património do concelho da Moita. No coreto de Alhos Vedros, a Junta de Freguesia colocou um placar preso nas ferragens do mesmo para colocar informação na mesma.

Senhor Presidente, na assembleia de freguesia de Alhos Vedros, na segunda-feira, coloquei a questão ao senhor Presidente Artur Varandas, e sabe o que é que me respondeu? Que retirou o dito placar agora porque é Natal, mas que faz questão de o colocar lá novamente.

Senhor Presidente, acho que esta atitude é para dignificar o nosso património? Gostaria de saber a sua opinião, mas agradeço que o senhor me responda, se faz favor.

Obrigada, Boas Festas e que o ano 2025 nos traga mais paz para o mundo.”

Sra. Rosa Paula Marques

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Eu já levei parte deste assunto à assembleia de freguesia de Alhos Vedros, mas isto é um assunto que diz respeito à Câmara. Então eu vou falar sobre o parque infantil dos Brejos Faria. Eu sei que é uma mais-valia para a freguesia, mas é uma estratégia política de show off. Estamos a falar da inauguração de um parque, ou de dois parques infantis no mesmo espaço físico? Eu tenho esta questão para perguntar e também quero saber qual a data da inauguração. É que, na publicação da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, na rede social Facebook, aparece uma foto onde está uma placa com informação do parque infantil dos Brejos Faria, que está apoiado numa base com a referência ao parque infantil 1 de Junho, que foi inaugurado a 10/03/79. Por sua vez, aparece outra foto com informação que o parque infantil dos Brejos Faria foi inaugurado a 8/11/2024. Foi inaugurado, foi requalificado, não sei, e quero saber se foi duas vezes inaugurado.

Após vermos as fotos com atenção, o melhor é mesmo ir ao local, e verificar que o único arranjo é mesmo só o parque, ou seja, os brinquedos. Não há corte de ervas nem manutenção do espaço relvado na zona envolvente, as mesas de merendas e os bancos estão deteriorados, na mesa em azulejo os azulejos estão quebrados. Que rico marketing e que trabalho de excelência. Eu tinha vergonha. Colocam equipamentos, mas não melhoram a zona envolvente. Eu não sei para onde é que eu posso mostrar isto (fotografia), mas isto faz parte da zona envolvente. Não sei se lá em casa conseguem ver, mas isto faz parte da zona envolvente. E aqui (fotografia), está a placa da inauguração do dia 10/03/79, e está aqui (fotografia) a placa da inauguração do dia 8/11/2024. Este é o assunto me traz cá hoje.”

Sr. João Henriques

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Antes que me esqueça, quero agradecer a oportunidade que me deram, novamente, para falar e quero desejar um bom ano a todos vós. Mas, há uma coisa que eu quero dizer, que eu prometi na segunda-feira, na Junta de Freguesia de Alhos Vedros, e o que tenho para dizer é o seguinte. Em primeiro lugar, eu não me compro, nem me vendo por nenhum café. As pessoas, como me dou com toda a gente, as pessoas dizem que eu estou com A, B, C porque eu fui comprado. Ponto final. Eu não sou comprado por ninguém. O que eu quero dizer, e o que eu peço a todos vós, todos vós, porque eu sou uma pessoa muito observadora e tenho observado, em todas as reuniões, seja de câmara, seja de junta de freguesia, seja assembleias municipais, e tudo o que seja envolvido com a Câmara, que se deixem destas picardias uns com os outros, por que um fez, teve 40 anos não fizeram, o outro teve não sei quanto tempo e não fez. Cada um que faça o seu trabalho, e depois está a população para fazer o julgamento devido. Eu acho que é muito bonito darem-se todos bem uns com os outros, e isso é que eu gosto.

Eu, como digo, dou-me bem com toda a gente, ser for preciso ir beber um café consigo, vou beber um café consigo, se tiver que beber um café ou almoçar com algum de vós, eu almoço, mas atenção, eu não me vendo. Eu não me vendo. Sou uma pessoa que nunca me vendi, tive um trabalho em que tentaram-me comprar várias vezes e eu nunca me vendi. Até vou dizer, quando era a questão de frota, para comprar carros, eu estava presente e, quando era para os almoços, eu dizia que tinha que ir tratar de um assunto e não almoçava com eles, porque eu não sou comprado por ninguém.

Há uma coisa que eu queria perguntar, não me leve a mal, agora dirigido ao senhor Presidente da Assembleia. Não sei se foi lapso seu se não, e atenção, eu não estou a criticar, eu quando falo é para ajudar, não sei se foi lapso seu se não, eu vou repetir outra vez, todas as juntas de freguesia tiveram o cuidado de verem se as suas assembleias coincidiam com a Assembleia Municipal. O senhor Eduardo Rocha teve esse cuidado, todas as pessoas tiveram cuidado, e o senhor marcou, ou por lapso, ou por esquecimento, ou qualquer coisa, para dia onze, enquanto está a decorrer uma assembleia na Junta de Freguesia da Moita. Eu acho que isso não é correto, desculpe que lhe diga. Eu aceito, todos nós erramos. O senhor talvez tivesse errado, ou eu esteja errado, e se eu estiver errado corrija-me.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em resposta a esta questão, realmente, as assembleias têm um calendário anual, e esta não porque, depende de o orçamento ser aprovado, ou não, na Câmara, portanto, ficam à espera disto. Marcou a reunião, nenhuma junta se acusou, quando se costumam acusar procuram conciliar. Aqui, realmente, houve uma falta de comunicação, é um facto, e por isso não está cá o Presidente da Junta de Freguesia e está um membro do executivo em sua substituição. Mas, não lhe consegue dizer quem é que falhou, se foi o próprio ou se falharam os dois. Não consegue, mas não lhe custa nada assumir a culpa.

Sr. João Henriques

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Eu sou uma pessoa muito clara e objetiva e gosto de falar olhos nos olhos. No dia 27 de novembro, a Junta de Freguesia da Moita marcou para dia 11, e o senhor marcou no dia 6, porque eu fui ao seu portal e vi quando é que o senhor publicou. Por isso, as do Rosário e da Baixa da Banheira são dia 19, as duas no mesmo dia, é que eu estou bem informado e quando falo tenho os pés bem assentes no chão. Mas, foi um lapso está tudo resolvido, a gente não se vai matar, não vale a pena.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Naturalmente, não há nenhum prazer, nem da sua parte, nem da parte nenhuma das juntas, em fazer as datas coincidir, realmente, não tinha conhecimento. Normalmente, costuma ter conhecimento quando é que as juntas realizam, e a coisa aqui, realmente, falhou, e depois de termos as pessoas convocadas não iam mudar. Também não é assim tão fundamental quanto isso, a Junta pode ter um membro do seu executivo que, nas suas assembleias de Freguesia, nem sequer tem direito a voto, portanto, não influencia nada, e resolveu-se assim e ter aqui um representante do executivo.

Em seguida, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Relativamente ao senhor Paulo Caetano, que fez, no início, um introito na sua intervenção, o qual se vai escusar de comentar, porque não lhe merece comentário. No que diz respeito à máquina niveladora, a máquina é cedida por Alcochete, e estão a trabalhar no sentido de fazer a aquisição de uma máquina niveladora, porque a Câmara Municipal da Moita não tem, quando chegaram já não tinha, para poder trabalhar com ela todo o ano, mediante as disponibilidades de recursos humanos e trabalhos que existam para serem executados. Por isso, relativamente à questão que é feita, vai perguntar aos serviços. Acredita que ninguém espera que tenha uma informação detalhada para dar aqui a esta hora, a menos que andasse com os planeamentos de todas as atividades de todas as divisões, por isso é normal que não tenha aqui a resposta para dar com esse nível de detalhe, a não ser de obras que ou já estão a ser programadas ou já estão em execução.

Depois, relativamente à situação que descreve, depositar entulhos, resíduos de construção e demolição num campo ou num local que não seja apropriado para o efeito, ou a uma entidade que não esteja licenciada para o efeito, é considerado crime ambiental. Por isso, compreende a indignação, neste caso, da diretora do departamento face àquela situação, em particular, que a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar, e com todos para identificar situações daquele tipo, e convida a todos, sempre que se verifica ou identifica a entidades que façam este tipo de depósito, seja no Pinhal do Forno, seja onde for, que indiquem à Câmara e às autoridades, ao SEPNA e também à APA para que, rapidamente, haja uma atuação por parte de todas as entidades competentes para conseguir, de preferência, apanhar o infrator em flagrante delito, para que depois todas as diligências sejam desenvolvidas.

Aqui, mais uma vez, tentou passar a ideia que tem gosto em colocar pessoas em tribunal, o que não é verdade, e isso facilmente é comprovável. O que não se pode admitir aqui, seja nestas reuniões, seja em reuniões de Câmara é que existam situações em desrespeito, e que o executivo não consiga desenvolver aquele que é o seu trabalho, a sua reunião e a normal condução dos trabalhos. Mas, isto é igual para uma junta de freguesia, é igual para a Câmara Municipal, e é igual para a Assembleia da República. As regras são iguais, não as inventou, não foi nenhum dos presentes que as inventou, elas estão lá, existem, as pessoas até têm conhecimento delas quando vêm para as reuniões, e se insistem em ter comportamentos desviantes daquilo que seria a prática normal neste tipo de espaços, é algo que só pode, neste caso, dizer respeito ao próprio.

Depois, dar nota do seguinte, e quer que isto fique claro para todos. O CROAE está localizado, e foi construído, numa zona que se chama Pinhal do Forno. É zona RAN e REN, o que significa que, sendo Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, por lá podem deambular animais de pequeno, médio e grande porte. Em reserva agrícola, as espécies autóctones do concelho não são de grande porte, mas nada impede de haver lá a circulação de cães, gatos, etc. Não era verdade, se isto estivesse a acontecer em meio urbano, ou num parque, ou num pátio, ou num logradouro de um prédio. Volta a referir. Pinhal do Forno. Estão a falar de um pinhal, já para não falar que, ainda assim, não é possível fazer um contraditório, porque o senhor Paulo Caetano diz aqui uma coisa, as pessoas que fazem o voluntariado e vão passear os animais dizem outra coisa, e não se vai guiar por aqui porque, se calhar, existem muito mais pessoas a dizer que, se calhar, o que senhor Paulo Caetano está a dizer não é verdade, do que o próprio senhor Paulo Caetano, mas ficam claros relativamente a esta matéria.

Relativamente à Quinta do Quadrado, pode dizer que tiveram uma reunião, há duas semanas atrás, com um dos moradores da Quinta do Quadrado, e os trabalhos estão-se a desenvolver com toda a normalidade e toda a programação. Estão a tentar encontrar soluções para que as pessoas da Quinta do Quadrado também possam verificar se têm capacidade para executar a componente que é da sua responsabilidade, para chegarem a um encontro comum e poderem desenvolver o trabalho em conjunto. O trabalho está a ser desenvolvido, as reuniões foram tidas, neste caso, com as pessoas, e esperam, para breve, voltar a reunir, já de forma mais aprofundada, sobre estas matérias. Todos ficaram com trabalho para desenvolver, agora é uma questão de continuar a acompanhar. Existe quem, de uma forma ou de outra, não esteja por dentro das situações, não sabe se foi posto à parte das conversações, ou se não está por dentro das conversações, mas quer saudar os resultados da reunião e aqueles que vieram falar com a Câmara.

Depois, respondendo à senhora Helena Pereira, quando fala da rua Camilo Castelo Branco, relativamente a esse contentor, em particular, desconhece os motivos pelos quais ele terá sido alegadamente mudado de sítio. Não sabe se terão sido os serviços a mudá-lo de sítio, e não está a dizer que seja este caso em particular, mas, às vezes, há pessoas ou entidades que, por conveniência, ajustam, ou fruto do uso, os contentores vão mudando ligeiramente de localização, e volta e meia têm que ser postos no seu sítio de origem. Por isso, quer agradecer, desde já, a intervenção que aqui fez e, se foi construída uma gare para o efeito, se foi ali feito o passeio e o contentor foi mudado, agora é ver o que é que, efetivamente, se passa relativamente a esta matéria. Dizer, para que não hajam dúvidas, que a Câmara Municipal também tem vindo a construir um conjunto de gares específicas para os contentores estarem lá, para as pessoas saberem que aquele é o sítio do contentor.

Relativamente ao Coreto de Alhos Vedros, compreende a questão, mas, se calhar, deixaria para o senhor Presidente da Junta, ou à Junta em si responder, visto que é a pessoa visada nesta matéria.

Também a senhora Rosa Paula Marques faz aqui uma referência relativamente ao parque dos Brejos Faria, e a Câmara Municipal participou, ajudou e colaborou nesta iniciativa, e quer saudar esta iniciativa levada a cabo pela Junta de Freguesia, mas, quer pela forma como foi colocada a questão, quer pelo tema, deixaria para o senhor Presidente da Junta, porque será a ele quem cabe dar essa resposta, em tempo oportuno. Se houver oportunidade, nesta Assembleia, se não, em outro momento que considere oportuno responder a esta mesma matéria, mas acha que é fácil de perceber.

Dizer, apenas e só, que sabe que, se antigamente uma obra irritava muita gente, ter muitas obras e muitas coisas a acontecer, fazer muito, fazer parques, fazer estradas novas, fazer alargamento de estradas, fazer estacionamento, fazer novos passeios, certamente, irritará muitas mais pessoas. Se calhar, gostariam de ver a Câmara Municipal continuar o marasmo imobilismo que já os tinha vindo a habituar, mas é daqueles que prefere uma autarquia e um concelho vibrante, onde se veem coisas a acontecer. Ainda hoje, e quer saudar, inaugurou-se um novo espaço de street workout, entre a União de Freguesias do Gaio Rosário e Sarilhos Pequenos e a Junta de Freguesia da Moita, que também teve uma pequena colaboração da Câmara Municipal, tratando-se, como é óbvio, de espaço público. Quer saudar aqui todas estas iniciativas, vê-se o trabalho a acontecer, em interações, partilhas e entreaajuda entre as mais diversas entidades, para que o trabalho apareça no terreno, e acha que é com isso que todos se deviam congratular, e ficar satisfeitos, nesta época de final de ano, uma época festiva e que a isso apela, e, desse já, apela a demais reunião decorra com toda a urbanidade.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

Dizer que o que é importante, mesmo importante, é responderem, e terem respostas às questões que os munícipes aqui vêm colocar, uma e outra vez, isso é que é relevante, e agradecer aos munícipes que se deslocaram aqui, mais uma vez, para colocar as suas questões, as quais lhes merecem, certamente, boa nota e o maior dos respetos.

Também duas ou três notas, porque acha que é essencial, porque não podem ter dois pesos e duas medidas para a mesma coisa. Não podem dizer que passear animais em espaço urbano é diferente do que passear animais no campo. É suposto terem, exatamente, os mesmos cuidados, portanto, o saquinho dos dejetos vai ter mesmo que acompanhar, quer estejam num espaço urbano, quer estejam ao ar livre no campo. Todos usamos todos os espaços, quer urbano, quer no campo e, certamente, não vão querer ver mais outdoors no concelho a dizer que os animais, tendo eles cuidadores formais ou não, são pouco asseados. Isso é que, de facto não querem, e é necessário fazer essa alteração e a Câmara Municipal responder à altura, e, certamente, o fará.

Em relação às questões apontadas da higiene urbana, é isso mesmo, há necessidade ainda de fazer alterações e de melhorar.

Um outro aspeto que consideram ser importante, e tem a percepção de que o senhor Presidente da Câmara tentou responder à questão da máquina niveladora, mas deixavam aqui também uma questão, que é, tendo em conta que não é um meio da Câmara Municipal, que é um meio facultado por outro município, se há um plano para essa intervenção, e se a Câmara Municipal, certamente, conhecia a necessidade de intervir neste espaço que o senhor Paulo Caetano aqui colocou, e isto sim, seria responder ao senhor Paulo Caetano.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Não podia deixar de dizer umas palavras, umas considerações sobre o que aqui foi referido por três munícipes dos quatro que fizeram aqui intervenção, e que, por acaso, são todos com questões de Alhos Vedros, mas isso foi uma coincidência. No entanto, três dos munícipes que fizeram aqui intervenções também estiveram na Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, na segunda-feira, e algumas das questões também foram levantadas, portanto, já foram respondidas as questões focadas em relação a competências e relacionadas com a freguesia de Alhos Vedros.

Mais em concreto em relação à senhora Helena Pereira, a questão do expositor que estava junto ao coreto, ele foi removido porque houve uma feira de Natal, no entanto, consideram que é um local de grande visibilidade, e de muita passagem, e a freguesia tem todo o direito de publicitar os seus eventos culturais, e as suas atividades, em qualquer espaço público da freguesia. Assim como têm expositores nas Arroteias, no Bairro Gouveia, na Fonte da Prata, junto ao Centro de Saúde, junto ao Covirã. Sempre que os expositores não estão cedidos porque são solicitados por algumas associações, e têm o maior gosto em cedê-los para as suas atividades, assim como quando são solicitados com muita frequência, por exemplo, durante as atividades do 25 de Abril, que foram disponibilizados para inúmeras atividades.

Também têm todo o direito de utilizar aquilo que é seu para publicitar os eventos culturais, e para apelar à população para participar nesses eventos culturais e nessas iniciativas recreativas, culturais e artísticas que a Junta e as associações de Alhos Vedros vão promovendo. Portanto, que fique claro que foi removido, mas vai voltar a estar ali e nos outros locais onde entenderem, é um direito que têm. Aliás, têm expositores fixos, estes são móveis, mas têm cerca de 20 expositores fixos por toda a freguesia desde o tempo da CDU, no Bairro Gouveia, Brejos Faria e Arroteias. Têm expositores fixos e têm móveis, portanto, é um absoluto direito que têm e não vão abdicar dele.

Em relação à questão do parque dos Brejos Faria que a senhora Rosa Paula Marques colocou aqui, também já foi respondido. O parque dos Brejos Faria não se tratou só de uma intervenção, e não é a inauguração de um parque novo, tudo a estrear. A inauguração podia ser reinauguração. Em 79, houve lá um parque, foi retirado, que por acaso já falou disso aqui na última Assembleia Municipal, e volta a frisar, a rua por onde passa esse parque, ou junto a esse parque, é a rua do Parque Infantil, e não está lá nenhum parque há mais de 20 anos, foi retirado. Portanto, era de elementar justiça para a população dos Brejos Faria que lhe fosse devolvido esse espaço, e fizeram um investimento, a Câmara colaborou com a Junta de Freguesia, entregou-lhes o projeto para o parque e depois fez a inspeção, e colaborou, inclusivamente, porque o piso não ficou colocado da melhor forma à primeira, e tiveram que esperar mais um mês para o piso ser colocado de acordo com as regras de segurança e de acordo com o decreto-lei de segurança dos parques infantis, e depois, então, disponibilizaram o parque à população.

Mas, não foi só o parque infantil. A senhora Rosa Paula Marques mostra ali um bebedouro, mas ela não tem a menor noção, provavelmente, que aquele bebedouro estava desativado, inativado há muitos anos. E não foi colocado lá, ou não foi disponibilizado esse bebedouro novamente porquê? Porque é normal, ali naquela zona, e recorrentemente, existem acampamentos de pessoas de etnia cigana que utilizam e pedem água aos moradores ali em volta, que não disponibilizam a água, e se houver água nesses bebedouros, as pessoas permanecem ali, provavelmente, durante uma semana, duas semanas, um mês, durante muito tempo. Aquilo que lhe foi transmitido, e é a vontade expressa da população, é que o bebedouro não voltasse a estar ativado. Foi vontade da população, porque senão colocavam lá um bebedouro, como têm colocado outros, para ser utilizado.

Não foi colocado, mas fizeram um novo parque de fitness, um investimento com um parque fitness e bancos novos, colocaram mesas de merendas no interior desse espaço, os muros, as redes desse próprio espaço e depois foi o piso, foi equipamentos de parque infantil e mais dois bancos no interior, ou seja, foi um investimento significativo da Junta de Freguesia para melhorar a qualidade de vida dos habitantes dos Brejos Faria que, felizmente, passado mais de 20 anos, voltaram a ter aquilo que tinham. Acha que é uma expectativa, e de elementar justiça, repor os equipamentos às populações, porque as pessoas sentem que foram privadas. Quando, inclusivamente, aquilo que é dito nas redes sociais e pela população, porque acompanhou os trabalhos quase diariamente, é que foi a própria população que colocou o parque lá, portanto, é de elementar justiça. As autarquias têm essa obrigação,

de proporcionar e de investir para melhorar a qualidade de vida da população, e foi isso que a Junta de Freguesia fez.

Portanto, estar aqui a desvalorizar, ou a minimizar, aquilo que foi feito, não passa de uma tentativa, não passa de mais do mesmo, porque também andou aqui durante algum tempo a falar na devolução e quando é que se devolveia o parque da rua António da Silveira, foi devolvido a dois anos e meio e depois nunca mais se falou nisso. O parque está lá. Também foi devolvido. Também foi devolvido, porque também foi retirado também pelos anteriores executivos, e tinha sido o próprio construtor dos prédios, dessas habitações, que tinha colocado o parque, não tinha sido autarquia, mas foi uma autarquia que o retirou, e agora foi uma autarquia que o devolveu à população.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 - Moção “Por uma saúde oral digna”, apresentado pelo Deputado Municipal Independente Bruno Mendes;
- 2.2 - “Recomendação à Câmara Municipal para intervir sobre as descargas recorrentes de águas residuais na zona de Alhos Vedros, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;
- 2.3 - “Recomendação sobre o trânsito na vila da Moita”, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.4 - “Voto de Pesar pelo Falecimento de Celeste Caeiro”, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.

Em seguida, pediu ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes para proceder à apresentação do documento 2.1.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Moção Por uma saúde oral digna

Esta medida, que envolve os maiores de 60 anos que necessitam de cuidados de saúde oral, deve possibilitar um acesso gratuito a estes tratamentos, e deve ser incluída nos planos municipais de envelhecimento ativo e saudável, sendo que, depois da aderência de todos os municípios, mais de 500 mil pessoas poderão ser abrangidas em todo o país.

O estado da saúde oral na população mais velha em Portugal deve-se à não possibilidade de fazer face aos pagamentos dos tratamentos dentários ao longo da vida, e esta realidade tem consequências, nomeadamente, na subnutrição de grande parte da população mais velha.

Para combater esta realidade, encontra-se em fase de criação, uma medida de saúde oral gratuita, incluída nos planos municipais de envelhecimento ativo e saudável, tendo para tal sido efetuado um teste-piloto aos residentes dos lares de idosos em Penafiel, identificando algumas das necessidades de tratamento dentários necessários, sendo alguns de simples solução, como dentes partidos, que cortam a língua, impedindo as pessoas de comer, ou então pela falta de placas dentárias, pois algumas pessoas não têm poder financeiro para as adquirir.

Todos estes factos levam-nos a uma conclusão, não será possível atingir uma nutrição adequada nesta franja de população se não conseguirmos resolver estes problemas latentes.

8% da população portuguesa tem dificuldade a aceder a cuidados de saúde oral, quem o afirma é o relatório “Health at a glance” da OCDE, sendo que, destes, a maioria são idosos.

Em cada município, onde se aplicar esta medida, será iniciado um diagnóstico do estado de saúde oral da população acima dos 60 anos. Depois deste diagnóstico efetuado, o objetivo é utilizar os cheques-dentista providenciados pelo SNS, que permitem ter acesso a tratamentos gratuitos, mas que não cobrem tudo, sendo então os municípios a complementar o pagamento com o valor remanescente.

Neste momento existem 55 concelhos a elaborar os seus planos municipais de envelhecimento ativo e saudável, prevendo-se que os mesmos estejam aprovados ainda no 1º semestre do ano de 2025.

Caso esta moção seja aprovada, é proposto o seguinte:

1 – É essencial, não estando este plano de envelhecimento ativo e saudável implementado no concelho da Moita, o seu envio à Câmara Municipal para que o mesmo o seja o quanto antes, de forma a dar cumprimento à medida relacionada com a saúde oral, bem como outras que venham a constar no documento em causa;

2 – Envio da presente moção para as Uniões e Juntas de Freguesia do concelho da Moita, de forma a informar os respetivos centros de convívio, reformados e pensionistas das suas respetivas áreas geográficas;

3 – Envio para a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);

4 – Envio da presente moção para a Agência Lusa e demais diários da região.

Moita, 11/12/2024

Bruno Mendes

Deputado Municipal Independente”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

Leu, e acompanhou parte do que foi dito, e pergunta-se qual é esta medida porque não conseguiu entender qual é a medida. Há aqui uma coisa subjacente, que no PCP, e na CDU, defendem, a saúde é um direito universal da população. Aí não têm qualquer dúvida disso, e sendo um direito universal, deve ser, tal como está previsto na Constituição da República, gratuito, tendencialmente gratuito, e que assim foi ao longo dos anos com o 25 de Abril, sobretudo, uma conquista do povo português.

Depois, defendem, a nível do PCP, um Serviço Nacional de Saúde com verbas, obviamente, com meios técnicos, meios humanos e todas as condições, e não aquilo que, nos últimos tempos, se tem vindo a constatar, que é um desinvestimento total nesses meios nos últimos anos e, talvez dá 20 anos para cá, há um desinvestimento quase que total no Serviço Nacional de Saúde, criando condições para os privados se instalarem, portanto, a saúde é, de facto, neste momento, um grande negócio em Portugal, e as pessoas cada vez mais têm dificuldades de ter acesso aos serviços de saúde por várias razões, nem é isso que está aqui em causa, mas também não têm o entendimento que este seja um trabalho, digam assim, um investimento a nível municipal. tem que ser a nível nacional.

Portanto, para além de não ter entendido qual é esta medida, porque começa “esta medida”, mas qual? Foi logo, exatamente, e naquilo que se vai lendo, nunca está em concreto qual é a medida. Há uma moção, um plano municipal, e considera que a questão da saúde dentária é uma das especificidades da saúde em geral, portanto, não consegue perceber sequer esta recomendação, mas não podia deixar de colocar aqui as suas opiniões sobre a saúde.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Em relação a esta moção, percebe, claramente, o que é que ela pretende, e até não está contra isso, desde que venham verbas, teriam era que exigir, imediatamente, as verbas. A lei é clara quando diz que o remanescente das despesas que o Serviço Nacional de Saúde não suporte, pagaria ao município, portanto, isto está claro aqui. Não está contra essa medida, já que foi descentralizado tanta coisa, que seja também descentralizado isso e que avançasse, por isso não está contra a moção.

Mas, há aqui uma coisa que o espanta muito, porque pensa que é um erro grave nesta situação, é que dizer que só 8% da população portuguesa é que tem dificuldades em aceder aos cuidados de saúde oral, é qualquer coisa que, pensa, nem sequer na Finlândia ou na Suécia existirá. Se falassem que 80% da população portuguesa tem dificuldades de aceder, principalmente nestas idades, devido às baixas reformas e os centros de saúde não terem dentistas, não terem estomatologistas, ainda acreditava,

agora 8% quer dizer que há aqui qualquer coisa. Portugal teria a melhor saúde oral do mundo se apenas 8% das pessoas tivessem dificuldade em aceder à saúde oral.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Queria lançar um desafio ao Deputado Bruno Mendes. Como princípio, não vê nenhum problema em aprovar uma moção deste tipo, mas não esta moção. A questão é simples, convida o Deputado Bruno Mendes a não ser tão específico. Considera que há aqui uma coisa interessante que a moção contém, que é a questão do plano de envelhecimento ativo e saudável, e pensa podem retirar desta moção o facto de apelar a uma medida concreta, que, digam, é extravasar um pouco aquilo que seria a intenção de um plano ativo de envelhecimento recomendado ao município. Aliás, a moção é específica demais, a questão da saúde oral, para além das considerações que já foram feitas, pensa que é uma medida muito localizada, que não faz grande sentido sendo misturada.

O que deveria ressaltar daqui seria a questão do plano de envelhecimento, isso sim fazia todo o sentido. As medidas, e esta tão específica, acha que é extemporânea, portanto, transformar isto numa recomendação para que, a prazo, seja implementado o plano de envelhecimento ativo e saudável na Moita, aí sim, pensa que poderiam criar-se as condições para se aprovar uma moção dessas. Desta forma, pensa que é profundamente extemporâneo este tipo de moção, portanto, não podem acompanhar, como é evidente.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **reprovada** por **maioria** com um voto a favor do Independente Bruno Mendes; treze abstenções, sendo dez da CDU, duas do BE, uma do CDS; quinze votos contra do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.2.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

“Recomendação à Câmara Municipal para intervir sobre as descargas recorrentes de águas residuais na zona de Alhos Vedros

No âmbito do cumprimento das obrigações legais e éticas de preservação ambiental, e considerando as recorrentes descargas de efluentes, que subsistem há vários anos, observadas na zona da Caldeira do Moinho e esteiro de Alhos Vedros, nomeadamente junto à Estação Elevatória da Vinha das Pedras, vimos por este meio manifestar a nossa profunda apreensão e preocupação perante esta situação.

Estas ocorrências aparentam constituir uma ameaça aos recursos hídricos locais, bem como à biodiversidade dos cursos de água da região e provavelmente um impacto negativo na saúde pública. De acordo com a Lei da Água (Lei n.º 58/2005) e o Decreto-Lei n.º 236/98, a preservação da qualidade dos recursos hídricos e o cumprimento dos parâmetros ambientais para rejeição de efluentes são obrigações legais que devem ser garantidas por todas as entidades responsáveis.

Apesar de compreendermos a necessidade de operações de manutenção e limpeza programadas por parte da SIMARSUL, é imperativo assegurar que estas intervenções respeitem integralmente a legislação ambiental, minimizando os impactos negativos nos ecossistemas locais. A poluição resultante destas descargas pode comprometer não só o equilíbrio ecológico, mas também a qualidade de vida das populações residentes e o uso sustentável dos recursos naturais.

Adicionalmente, alertamos para a pressão crescente sobre a capacidade da Estação Elevatória da Vinha das Pedras, instalada há cerca de 20 anos, que poderá não estar dimensionada para acompanhar o crescimento demográfico exponencial que Alhos Vedros tem registado.

Assim, solicitamos que esta Assembleia Municipal delibere, recomendar à Câmara Municipal da Moita que diligencie no sentido de:

1. Solicitar à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e à Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) uma fiscalização rigorosa às descargas referidas, de forma a apurar a sua origem e conformidade com a legislação aplicável.
2. Exigir à SIMARSUL um relatório detalhado sobre:
 - a. A ocorrência de descargas na Estação Elevatória da Vinha das Pedras;
 - b. Os mecanismos de controlo e mitigação implementados para evitar danos ambientais;
 - c. As medidas tomadas para garantir que estas situações não se repitam.
3. Promover uma análise independente sobre a qualidade da água na área afetada, identificando possíveis contaminações que possam ter impacto na saúde pública e nos ecossistemas.
4. Criar um plano de monitorização contínua, em parceria com as autoridades locais e ambientais, para prevenir novas situações semelhantes.

Reiteramos a nossa preocupação com o futuro ambiental da nossa região e solicitamos a atenção e o empenho desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal para salvaguardar o património natural de Alhos Vedros.

Caso esta recomendação seja aprovada, a mesma deve ser enviada para:

- SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.
- Grupo AdP - Águas de Portugal
- ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
- Agência Portuguesa do Ambiente
- Ministério do Ambiente e Energia
- Comissão Permanente na Assembleia da República para o Ambiente e Energia
- Meios de comunicação social regional e nacional

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita
Moita, 11 de dezembro de 2024”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação à discussão intervieram:

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Em relação a esta recomendação, estão perfeitamente de acordo com a mesma, e quer recordar aqui que isto não acontece só em Alhos Vedros. No parque Zeca Afonso, há uma comporta mecânica que só é aberta pela Simarsul que, mais do que o que devia ser normal, é aberta para lançar os esgotos para o Tejo, principalmente, quando a maré está a vazar. Eles lançam aquilo e deixam um cheiro nauseabundo no parque, portanto, isto não acontece só em Alhos Vedros. A Simarsul é useira e vezeira disso, quando se contacta os serviços da Câmara, passado uma hora está fechado, e foi uma avaria, mas são várias avarias por dia, que acontecem com alguma facilidade que é preciso tentar travar.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Para não haver dúvidas, vão, claramente, acompanhar esta recomendação e reveem-se, claramente, nisto, apesar de uma ou outra nota que acham que têm que fazer.

A primeira nota, é que esta é uma daquelas recomendações que só aparece agora por um motivo simples, só aparece agora porque o PS está na Câmara municipal da Moita e o PSD está no Governo, porque quando estava a CDU na Câmara Municipal da Moita e o PS no Governo, estas recomendações todas eram crimes ambientais que a Câmara da Moita fazia. O que se passou foi esta mudança, e passou-se que a Câmara Municipal da Moita, a gestão do PS, que dantes dizia que era tudo fácil, que isto era um crime ambiental, mas que era muito fácil de resolver, sem conhecerem, minimamente, o problema.

Aliás, o senhor Presidente Artur Varandas nem sequer acreditava que os esgotos de Alhos Vedros eram tratados na ETAR Barreiro Moita, foi preciso ir lá para ver. Foi no dia em que fizeram a visita, e isto é verdade, porque não só lhe perguntou a si como também à direção da Simarsul, se era mesmo verdade que os esgotos de Alhos Vedros eram tratados na ETAR. O desconhecimento era tão grande, que todos

no PS diziam que era tudo muito fácil e que se tratava. Ora, passados três anos, aliás, no programa eleitoral do PS está “estudo e conceção de respostas que visem pôr termo às cargas irregulares indesejadas no rio”, e o plano do PS é esta recomendação, porque até agora pouco ou nada foi feito, portanto, notam que agora compreendem a necessidade das operações, antes eram crimes ambientais.

Depois, há aqui três ou quatro notas de escritos, porque isto é a vaidade do senhor Presidente da Junta de Freguesia, ao escrever “crescimento demográfico exponencial em Alhos Vedros”. O senhor Presidente não sabe o que é um crescimento exponencial. Há um crescimento, mas não é exponencial.

Depois, há aqui uma outra questão muito interessante, que exigem à APA, e muito bem, e exigem à Inspeção-geral do Território, e está tudo ótimo, estão de acordo com tudo isto, e exigem à Simarsul, e estão completamente de acordo.

Depois, falam em promover uma análise independente, e também estão de acordo, só que a questão da CDU é esta, a APA não é uma entidade independente? A APA é uma entidade independente do Estado, mas é uma entidade independente e faz estas análises independentes. Aliás, o PS, fez queixa para a APA em determinadas situações em que havia outras descargas caldeira, junto a Alhos Vedros.

Portanto, acompanham isto e acompanham a observação que foi feita pelo Bloco de Esquerda, porque é verdade que, no parque Zeca Afonso, está lá aquela saída que tem lá aquela tampa, e mesmo quando a tampa está fechada, continuam a sair coisas, e sempre disseram que a esmagadora maioria dos esgotos do concelho é tratada, independentemente de haver uma ou outra situação pontual, como essas que aqui estão, e como esta que foi agora referida, que precisam de ser tratadas, portanto, a posição da CDU não mudou. É sempre a mesma. Querem isto tratado, vão trabalhar para isso, portanto, acompanham esta medida e esperam que ela tenha resultado, sabendo, desde já, que aquilo que o PS andou, durante anos, a dizer que isto era tudo fácil e só não se fazia porque a Câmara não era competente, afinal, passados 3 anos, perceberam que não era, exatamente, assim, ou então já percebiam, mas isso então é outra questão.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Ainda bem que tem oportunidade, apesar de ter lido a recomendação, de esclarecer o senhor Deputado João Figueiredo, que revela um grande desconhecimento sobre o que se passa em Alhos Vedros. Falou aqui, pensa que na última Assembleia, em relação à questão dos esgotos, ou das águas residuais, que para si, não sendo técnico e não tem nenhum conhecimento detalhado, profundo, e análises técnicas sobre o que se passa, são duas questões específicas. Estão a falar aqui de uma situação muito concreta, que tem a ver com a capacidade, ou a incapacidade, da Simarsul, e aquilo que acontece resultado da Simarsul, no seu entender, não estar, neste momento, dimensionada, acha que está subdimensionada, para tratar as águas residuais, o saneamento que é encaminhado pela responsabilidade da Câmara Municipal da Moita.

A Câmara municipal da Moita tem responsabilidade sobre as ligações das habitações a uma rede, essa rede encaminha as águas residuais para a Simarsul e a Simarsul trata as águas residuais. A estação elevatória, provavelmente, como diz o senhor Deputado João Figueiredo, encaminha para o Lavradio, e não põe isso em causa, o que põe em causa, e constata, porque ainda há quinze dias fez, novamente, uma queixa, e há um mês fez, novamente, uma queixa, e atenção, a estação elevatória da Vinha das Pedras não é a única. Cada vez que vem à Moita, basta olhar a vala do Matão e a outra vala adjacente que vai ter à caldeira da Moita, para perceber que a estação elevatória da Fonte da Prata também tem problemas.

Hoje, e o senhor Presidente de certeza que também tem conhecimento disto, houve uma intervenção preventiva na estação elevatória da Vinha das Pedras, e o próprio estava lá, porque recebe as comunicações e vai lá ver, mas não foi o próprio, porque estava lá a GNR do ambiente e a APA. Hoje, o que estava a acontecer, estes 2800 m³, e tem filmagens, que estavam a ser a ser lançados na vala Vinha das Pedras, porque estava lá. Representa a população e só não vai amanhã à Fonte da Prata porque, provavelmente, vai afetar a caldeira da Moita e ali a zona do Matão, mas é Alhos Vedros, é a Simarsul. é um problema desta entidade que tem que cumprir a lei, tem que salvaguardar as valas, os recursos de água e a qualidade da água, e tem que cumprir a legislação em vigor. É isso que, no fundo, acaba por estar aqui refletido nesta recomendação.

Uma coisa é a Câmara Municipal, que tem feito um caminho, nestes últimos 3 anos, e que tem acompanhado, na rua João Anes, rua Vasco da Gama, avenida Humberto Delgado, um conjunto vasto, e o senhor Presidente, provavelmente, tem um relatório das intervenções feitas de ligações irregulares ao longo destes anos, e que, provavelmente, não eram feitas. Aqueles prédios da avenida Humberto Delgado têm quase 20 anos, foram feitos em 2022. Na rua Vasco da Gama, onde mora a sua tia, em campanha eleitoral passou por ali e cheirava, agora, passados estes 2 anos e tal 3 anos, houve lá

intervenções, de certeza que foram corrigidos. É fácil, é ir ao local, tirar fotografias e a Câmara tem conhecimento do que fez, porque os trabalhos foram feitos pela Câmara. Esses, deixaram de ir para as pluviais e passam para as condutas do saneamento em que são direcionadas as águas residuais para a ETAR da Vinha das Pedras.

Agora, o que queria dizer, só para ficar aqui muito claro, é que isto é um tema que tem muitos anos, mas é um tema que vai ter, a curto prazo, alguns resultados positivos para a população de Alhos Vedros. Tem que haver. Tem que haver. Isto é uma luta que já tem muitos anos, tem muitos anos. Agora, a Simarsul notifica a Câmara, porque não notificava, porque não havia interesse da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, mas agora há, agora há interesse, e notifica cada vez que faz manutenções preventivas e de limpeza, e ao abrigo da legislação em vigor, as descargas de emergência por situações de avarias que são incontroláveis, são de emergência. Aí está na lei e têm a permissão por parte da Agência Portuguesa do Ambiente de fazer as descargas nas valas.

Quando se faz, na sua opinião, e daquilo que depreende e interpreta da lei, manutenções de limpeza, ou preventivas, têm que se criar mecanismos para impedir que as águas residuais não tratadas acabem nas valas e tem que se mitigar e minimizar os impactos na água, e o que está aqui, da parte da Simarsul para hoje, diz “medidas minimizadoras adicionais - não existe a possibilidade de medidas adicionais”, então não é possível pôr lá um reservatório, um tanque, um depósito de águas, para fazer contenção e depois voltar a entrar no circuito em vez de ir para as valas? Não será possível? É impossível haver este investimento para minimizar e mitigar as descargas de águas não tratadas. “Impacto no meio recetor – descarga de água residual não tratada”, ou seja, estão a falar, durante 8 horas, de 2800 m³, nesta ETAR, que vão parar, durante 8 horas, ao rio Tejo.

E pergunta, se a Simarsul não tem condições de fazer investimentos para mitigar e minimizar, e não está a falar das descargas de emergência, atenção, está a falar das situações de limpeza programada e de manutenção programada. Se é programada e recebem estes e-mails com um mês de antecedência, criem as condições para isto não acontecer. Isto é a sua opinião, diz isto pela experiência que tem constatado, mas não é técnico, não é gestor nem administrador da Simarsul. O senhor Presidente da Câmara, de certeza absoluta, terá um conhecimento mais detalhado do que o próprio, porque também têm responsabilidades na gestão nesta questão. Agora, no seu entender, como representante da Junta de Freguesia e da população, o futuro tem que ser diferente. Têm que ter uma “luz ao fundo do túnel” para estas situações deixarem de acontecer, seja de que maneira for.

Deputado Daniel Serpa Do Grupo Municipal do PS

Pensava que já tinha conseguido assistir a várias coisas nesta Assembleia, o que não conseguia prever era que iria assistir a um tentar reescrever a história, que é já apanágio de algumas pessoas, tentar reescrever a história sobre a questão dos esgotos em Alhos Vedros, e então vai repetir, novamente, aquilo que disse aqui nesta Assembleia, no dia 3 de outubro de 2022, para o senhor Deputado João Figueiredo se informar, claramente, sobre quem é que assumiu ou não assumiu que existia um problema nos esgotos.

Então, o senhor ex-vereador Canudo, numa reunião de Câmara, quando foi questionada em janeiro de 2021 sobre a questão dos esgotos, dizia que não havia problema de esgotos nenhum em Alhos Vedros, por isso a Câmara nunca assumiu que havia um problema de esgotos em Alhos Vedros. Numa notícia que saiu na RTP1, no verão de 2021, o ex Vice-presidente da autarquia da Moita disse, claramente, para as câmaras televisivas que não existiam problema de esgotos em Alhos Vedros, e sempre disseram que não existia um problema de esgotos em Alhos Vedros. Tentar agora vir dizer, nesta Assembleia, que sempre tiveram muito interesse em resolver os esgotos de Alhos Vedros, que o PS fez um filme sobre os esgotos de Alhos Vedros, e que ninguém queria saber sobre os esgotos de Alhos Velhos é a pura das mentiras.

E é claro, basta só ir recordar uma história de há 2 ou 3 anos atrás, sobre quem é que colocou o tema dos esgotos em Alhos Vedros na ordem do dia, politicamente, na Câmara e noutros fóruns, quem é que fez várias denúncias à APA, quem é que investiu, quando tomou posse neste mandato, em mecanismos para resolver o problema dos esgotos que eram despejados nas valas reais e que vinham de ligações ilegais, que a Câmara Municipal, no passado, não soube fiscalizar, porque era responsabilidade dela fazer essa fiscalização, e agora vir para aqui dizer, nesta Assembleia, e tentar reescrever a história sobre de quem era a preocupação dos esgotos.

Isto que está aqui, e que está a ser apresentado nesta recomendação, era aquilo que a Câmara Municipal da Moita devia ter feito e não fez, que foi exigir à Simarsul, várias vezes, que poderiam ter feito, para tomar medidas sobre as descargas que eram feitas, porque isto são dois problemas que têm perante, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros já foi bastante claro nisso. Existem dois problemas nos esgotos de Alhos Vedros, existem os esgotos das ligações ilegais que

estavam a ser despejadas nas redes pluviais, e existe a questão das descargas que são feitas pela Simarsul.

E, o que estão a dizer é que, no que respeita à Câmara Municipal, o senhor Presidente já deu aqui, em várias oportunidades, informação sobre as diligências que estão a ser feitas para resolver aquilo que é da competência da Câmara Municipal resolver. Inclusive, se forem ler os relatórios de atividades que são apresentados nesta Assembleia, é muito fácil verificar os trabalhos que foram feitos nesse sentido. Basta só ler. Não fez nenhuma compilação, mas, se for necessário, terão oportunidade de fazer. Outra coisa, é o problema da Simarsul que, independentemente das diligências que a Câmara Municipal possa fazer, e que acredita que tenha feito nestes últimos tempos, é competência desta Assembleia Municipal também exigir que a Câmara Municipal diligencie nesse sentido, e é isto que estão a fazer com esta recomendação. Agora, aproveitar esta oportunidade para fazer campanha política de uma coisa que disseram que nunca houve este problema em Alhos Vedros é caricato, mas, como diz, está disponível para assistir a tudo nesta Assembleia Municipal.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Foi aqui dito que não havia problemas de esgotos em Alhos Vedros, e que o executivo anterior assim o dizia. Pode aqui dizer que não é verdade. Faz parte desta Assembleia Municipal há vários mandatos, e este assunto sempre aqui surgiu e sempre foram colocadas questões sobre problemas de funcionamento das estações elevatórias, nomeadamente, dos emissários da Simarsul em Alhos Vedros, e sabe, porque isso foi informado na Assembleia Municipal, não tem aqui as “atas das atas”, como o deputado do Partido Socialista diz que tem, mas é questão de procurar porque aquelas existem, fazem parte do património histórico desta Casa. E nessas atas, certamente, estão as respostas que foram dadas na altura e que tem de memória de que foram feitas várias comunicações à Simarsul sobre problemas de funcionamento, quer da rede de emissários, quer das estações elevatórias em Alhos Vedros.

Já agora, dizer que acha que esta recomendação, e está completamente de acordo com ela, peca por tardia, nomeadamente, neste mandato, demoraram três anos para retomar este assunto. Este assunto, é um assunto que não deixou de existir. Este assunto é recorrente, e está de acordo como já aqui foi dito, nomeadamente, pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia, que é um assunto recorrente, daí não quer dizer que é uma questão de oportunidade política, que é uma questão de eleitoralismo. É um assunto sério, um assunto que afeta a população e tem que ser retomado. Realmente, mais vale tarde do que nunca, costuma-se dizer, mas retomar o assunto três anos depois de terem assumido o executivo municipal, peca um pouco por tardio porque, de facto, ele não deixou de existir nunca, como foi aqui foi dito.

Já agora, e perdoem-no, não é uma crítica, acha que a recomendação está muito bem elaborada, mas há aqui uma imprecisão, a estação elevatória da Vinha das Pedras, tanto quanto sabe, não recebe só esgotos de Alhos Vedros, recebe esgotos também de outras áreas, nomeadamente, o próprio Vale da Amoreira. Não enriquece, não adianta nada à recomendação, nem sequer está a propor uma alteração, mas já agora que fique aqui o esclarecimento, porque penso que é a realidade, que isso não foi alterado, e, de facto, aquela estação tem uma importância muito grande e recebe grandes caudais de afluente doméstico, daí também alguma dificuldade de haver outras soluções. Não quer entrar em discussões técnicas, acha que não é para aqui a parte mais interessante, a parte interessante, de facto, é que haja atuação das entidades, é que haja o pressionar de quem tem que resolver, seja a Câmara Municipal, seja a Simarsul, seja as entidades fiscalizadoras, seja o caso do IGAMAOT, seja o caso da APA, e aí a recomendação está feita no bom sentido.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Pede desculpa, queria só dar aqui uma nota final, e não se queria alongar muito em relação a isto, em relação ao que disse o senhor Deputado João Faim. Efetivamente, aquela ETAR também serve os prédios do Vale da Amoreira, e isso só vem reforçar. Quando é referido aqui “crescimento exponencial da população de Alhos Vedros”, não é só a de Alhos Vedros, é crescimento exponencial da população que se serve, utiliza e acaba por canalizar aquele tratamento dos resíduos, e isto é uma realidade.

O que querem em Alhos Vedros é que as duas entidades que têm responsabilidade façam o seu trabalho, e constatamos que uma entidade, a Câmara Municipal da Moita, tem feito um percurso e tem feito um caminho para resolver inúmeras situações, corrigir através dos investimentos que foram feitos nos dois equipamentos que estão a ser utilizados, a máquina de fumos e a máquina de CCTV, e têm corrigido várias situações. Agora, querem também, porque isso não resolve o problema se a Simarsul também não der os passos que tem que dar no sentido de resolver a sua parte.

Aliás, se verificarem, se calhar, a maior dimensão do problema acaba por ser no parque das Salinas, na caldeira e no esteiro. A vala da Vinha das Pedras e a vala dos Brejos Faria também têm esse problema, mas o problema de maior dimensão é no esteiro e na caldeira. Nunca mais vão ver qualidade da água como o próprio usufruiu há 40 anos, porque aprendeu a nadar naquele esteiro, com os todos os bivalves, caranguejos, o ecossistema que ali existia, peixes e tudo isso, nunca mais vai existir senão não houver aqui uma responsabilidade da parte da Simarsul, neste caso, de criar os mecanismos para cessarem as descargas, para depois aquilo se regenerar e daqui a 10 ou 20 anos é que vão ter ali alguns efeitos positivos.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Enquanto membro da bancada do PS, e não como Presidente, também gostava de falar um bocadinho sobre isto. Também tem acompanhado desde a visita que fizeram com a Comissão, e porque também esteve aqui presente, o mês passado, na conferência que a Simarsul aqui realizou dedicada a estes assuntos, chamada “Efluentes Indevidos”. Estiveram presentes várias entidades, a ERSAR, não sabe se a APA estava presente, a administradora da Águas de Portugal, entre outros, e o que ouviu logo começar a resvalar a boca para a verdade, foi falar em aumentos de taxas.

O que sabem, é que os municípios pagam, na fatura da água, muito dinheiro para ter um tratamento de águas residuais, e existe esta empresa que foi criada para este fim, com especialistas neste fim, e que tem que atuar. É isto que dizem. Há problemas que têm que ser resolvidos, a Simarsul já os assumiu, o próprio Presidente da Simarsul assumiu e disse “temos que despistar os problemas e resolvê-los”, não há dúvida, mas já não sabe há quanto tempo ouve isto. Isto, é “empurrar o problema com a barriga”, e esta recomendação visa, essencialmente, isso. Acabou. Eles vão ter que dar uma resposta. Exigem que a Câmara Municipal, e para isto é preciso coragem, e acha que os deputados do Partido Socialista tiveram coragem, exigem que a Câmara Municipal seja firme com a Simarsul e que diga que a Assembleia Municipal decidiu, porque é um órgão soberano, que a Câmara tem que exigir prazos, tem que exigir um planeamento concreto, para fazerem isto às pessoas, e por isso se propõe mandar para todas estas entidades e também para os órgãos da comunicação social.

Ora, se estão de acordo, e ouviu aqui discutir muita coisa do passado, e que um fez isto, outros fez aquilo, outros fez acolá, e acha que é um pouco natural, as pessoas não estavam bem por dentro dos assuntos, e à medida que o tempo avança, à medida que vão sendo mais castigadas, vão tendo mais saturação de um problema que não vêm resolvidas, as populações vão pressionando os órgãos do poder autárquico, que é quem está mais próximo, no caso, em Alhos Vedros, a Junta de Freguesia, e também à Câmara Municipal.

Pensa que não é incorreto dizer que, até entre pessoas do meio do Partido Socialista isto deu problemas, porque, realmente, havia formas de olhar de maneira diferente para o problema, e agora há uma obstinação para que isto seja resolvido. E ficam, do seu ponto de vista, muito contentes que estejam todos de acordo, que isto vá para a frente, e não vão estar aqui mais a discutir “o sexo dos anjos”, e “tu fizeste isto, aquele menino falou mal, ele disse bem”.

Aqui, o que interessa, se os princípios estão corretos, é que vão para a frente, e não vão perder mais tempo com o passado. O que lhes interessa é, realmente, o presente, e principalmente o futuro, e que o assunto se resolva.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Vai ser muito rápido, mas há aqui duas ou três questões que não pode deixar passar da intervenção do Deputado João Figueiredo, que ressaltou, e ficou com uma situação que, entretanto, é preciso esclarecer.

O Deputado João Figueiredo diz que fica muito satisfeito, por razões que não são talvez as melhores, e percebe a oportunidade, não sabe a que é que se refere, mas fica satisfeito pelo PS perceber agora que o problema é complexo. É, efetivamente, complexo, e deve ficar satisfeito pelo PS perceber agora que o problema é complexo. É que o PS tem feito um trabalho, ao longo destes últimos três anos, contrariamente àquilo que o deputado João Faim diz, que só ao fim de três anos é que o PS percebeu. Nada disso, O aparecimento desta recomendação é o resultado do trabalho que tem sido feito ao longo destes três anos. Só CDU, há três anos atrás, é que não percebia que o problema dos esgotos em Alhos Vedros era completo, ou melhor, percebia e conhecia, não queria era dizer, mas percebem isso.

O PS é que tinha a noção que o problema era complexo, na altura, e não tinha a noção que ele era tão complexo, isso sim. Perceberam agora. Conheceram melhor, compram equipamentos, percebem como é que aquilo funcionava, quais eram os problemas efetivos e, ao fim destes três anos de muito trabalho por parte da Câmara, que se concentrou, efetivamente, no problema dos esgotos de Alhos Vedros, aliás, não fosse isso bandeira da última campanha eleitoral, portanto, o PS tinha obrigação de se concentrar

no problema dos esgotos de Alhos Vedros. E é por isso que esta recomendação aparece agora. É que o este executivo do PS na Câmara foi até onde era possível ir, e percebeu-se agora que o processo se estancou na Simarsul. Se assim não é, então porque é que o atual executivo do PS não continua a fazer regularização de ramais, não continua a tirar aquilo que estava ligado ao doméstico e que era pluvial? Não continua a fazer esse trabalho porquê? Porque está feito. É o trabalho que tem sido feito ao longo destes três anos.

O Deputado João Faim referia os esclarecimentos e as certezas, e até agradeceu ao Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros o esclarecimento. Notou que, efetivamente, toda a gente está concentrada, e até sabem agora, até parecem técnicos, até sabem agora umas coisas daquilo. É por isso que queria dizer ao Deputado João Faim que não é agora, agora é que se chegou a determinado tipo de conclusões, e agora é que se embarrou com a Simarsul.

Pois é, Deputado João Figueiredo, o problema é complexo, efetivamente. Era já complexo há muito tempo. É evidente que o conflito entre o anterior executivo e a Simarsul era chato, para este executivo fica mais simples, porque este executivo, e o PS, olham para estas coisas de uma forma mais desprendida, sem grandes compromissos. O que é pra resolver é mesmo para resolver, e não é por questões de ordem política que as coisas não se resolvem. É, exatamente, essa a diferença, e vão continuar a bater-se nesta questão da resolução do problema dos esgotos em Alhos Vedros, e a Simarsul, naturalmente, com esta recomendação, e outras iniciativas do mesmo género, vai ser, tanto quanto possível, apertada no sentido de resolver a questão.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Foi, e é, completamente sincero quando disse que gostava que esta recomendação fosse aprovada, e quer e vai votar favoravelmente esta recomendação, independentemente daquilo que vai dizer a seguir, e podem arranjar a leitura que quiserem, e não quer ser mal intencionado, mas também se pode fazer aqui outra leitura desta recomendação. Vejam lá.

A Câmara Municipal tem competência própria a gerir as redes de esgotos, a Câmara Municipal é um acionista da Simarsul, já se devia ter queixado há muito tempo. Nestes três anos, a Câmara já devia ter feito muita coisa, que não fez, do que aqui está nesta recomendação. Já devia ter escrito para estas entidades todas. A Câmara Municipal já devia ter levado a uma reunião de Câmara, se não quisesse esperar por uma Assembleia, ou ser forçada, inteligentemente, pelos deputados do Partido Socialista ao votar esta recomendação, já tinha levado a uma reunião de Câmara uma recomendação semelhante. Porque é que não levou? Portanto, há aqui qualquer coisa que não bate certo, mas volta a dizer, quer que esta recomendação seja aprovada e não quer que andem os membros do Partido Socialista, da Assembleia Municipal, e os eleitos da Câmara andem de candeias às avessas uns com os outros, agora vão falar a verdade.

A Câmara tem uma competência própria, esperar pela Assembleia, o mérito de uma recomendação, só há uma leitura, a Câmara não fez, e os deputados do Partido Socialista, envergonhados da Câmara não ter feito e não ter cumprido uma promessa eleitoral, puseram esta recomendação aqui para ser votada. É a única leitura que faz. Pelas intervenções do PS, “vão criar aqui um caso”, mas na CDU querem aprovar isto, querem esta recomendação, está bem feita, deve ser aprovada, deve ser enviada para as entidades. O que está aqui em causa é querer resolver um problema. É isso que se quer e quanto mais cedo, melhor. Só peca por tardio, volta a dizer. Agora, as leituras políticas, as interpretações, cada um faz as que entender. Tem o direito de fazer a sua, como no PS também têm direito de fazer a sua, agora deixem-se de coisas. Isto é para resolver, é pressionar as entidades que têm de resolver, já que outros não pressionaram antes, e nestes três anos, pelos vistos, não houve qualquer pressão nesse sentido, querem que seja votado e que sejam pressionadas as entidades necessárias para resolver o assunto.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Estão todos de acordo, mas na sua opinião, o senhor Deputado João Faim está a falhar aqui, ao dizer que as autarquias não pressionaram as entidades, tanto a Câmara, como a Junta, e a Junta não tem competência, mas mais a Câmara, e tem a certeza que a Câmara também tem feito, porque tem acompanhado, e a Câmara, em matéria de competência específica, tem feito.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Pedi desculpa por interromper, mas a Junta também tem a competência denunciar um crime ambiental junto das entidades.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Era aí que ia chegar, mas o Deputado João Faim antecipou-se. Existe um processo crime em Setúbal, em que é testemunha, e foi testemunhar em nome da Junta, bem como outras pessoas, de Alhos Vedros, associações, o rapaz que cria a camarilha que tem as marinhas. Há uma série de pessoas que já foram lá testemunhar. Há um processo crime. Atenção, não foi a Junta de Freguesia que apresentou a queixa, foi convocado como testemunha e apresentou-se lá para testemunhar aquilo que sabia.

Agora, acabou de dizer, e, se calhar, não esteve atento, porque é que acompanham estas questões das manutenções de limpezas programadas, e é-lhes enviado um e-mail a dizer que vão ser feitas as manutenções de limpeza e programadas. E hoje estava lá porquê? Porque quer acompanhar a situação, portanto, revela preocupação e revela um acompanhamento, e da Câmara, a mesma coisa. Não tem dúvidas que a Câmara também acompanha a situação. Sempre que envia mails de denúncias, para a APA e para o IGAMAOT, manda sempre com o conhecimento da Câmara e da Simarsul, e só no último mês mandou três. Pode pesquisar por APA e IGAMAOT e aparecem aqui trinta, com fotografias, no dia do passeio que fizeram em outubro, no dia dos Fados junto ao moinho. Tira fotografias e manda logo. A questão não pode ser esquecida. Tem que ser um tema que tem que estar em cima da mesa, e as entidades responsáveis têm que estar sensíveis que isto tem que se resolver.

Pode demorar seis meses, pode demorar um ano, necessita de investimento, necessita de recursos financeiros, e isto é uma empresa intermunicipal, como disse, a Câmara é acionista, mas a Câmara também representa a população e tem interesse em que as questões se resolvam. A Câmara faz a parte da Câmara, e o senhor Presidente terá de certeza a oportunidade de falar sobre isso, os relatórios dos trabalhos que têm feito, e os relatórios de atividades mencionam vários trabalhos, todos os trimestres são feitos trabalhos por parte da Câmara, mas dentro da competência. Agora, se o funcionamento da Simarsul não está adaptado à realidade de 2024, têm que criar condições para a Simarsul estar adaptada à realidade e para não acontecer a tragédia ambiental que acontece.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a recomendação a votação.

Submetida a votação, a **recomendação** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Afirmou que se congratula, porque isto terá muito mais força pela unanimidade de todas as forças políticas presentes na Assembleia Municipal da Moita.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.3.

Deputado João Vasco Neves do Grupo Municipal da CDU

“Recomendação

Nos últimos anos os problemas com o trânsito rodoviário na Vila da Moita têm sofrido um enorme agravamento, tornando-se completamente insustentável em vários períodos do dia.

O problema manifesta-se de forma particularmente aguda na Rua da Paz, mas também desde a saída da Autoestrada e ao longo da Estrada dos Espanhóis, especialmente no troço compreendido entre a Piscina da Moita e a Rotunda da BP. Os nossos municípios e todos aqueles que diariamente utilizam este trajeto enfrentam um desafio crescente.

O prolongado corte da Rua de São Sebastião, que já se arrasta há mais de dois anos, agrava ainda mais a situação. Este corte compromete o acesso ao Gaio, ao Rosário e a Sarilhos Pequenos, além de prejudicar o escoamento anteriormente assegurado pela ligação ao Chão Duro, exacerbando o congestionamento na Rua da Paz.

Reconhece-se que a sinalização horizontal de marcação M17b (Cruzamento ou entroncamento facilmente congestionável), colocada em cruzamentos críticos, como os da Rua da Paz/Rua de Liège - Rua de Palmela e Rua da Paz/Rua Professor António Guerreiro Dias, tem contribuído para mitigar ligeiramente os problemas de trânsito – mas apenas quando devidamente respeitada.

Simultaneamente, a intervenção a decorrer na Ponte do Matão irá provocar alterações nos padrões de trânsito sem que sejam conhecidos estudos de impacto que pudessem prever ou mitigar os efeitos desta intervenção na circulação rodoviária.

Assim, vimos propor a esta Assembleia que delibere no sentido de:

1. Recomendar à Câmara Municipal a colocação urgente de marcas rodoviárias M17b (comumente conhecido como “Yellow Box”) nos cruzamentos da Rua da Paz com a Rua 25 de Abril de 1974 e, particularmente, na interseção com a Rua José Manuel Rego;
2. Solicitar a realização de um estudo de tráfego abrangente para a Vila da Moita, que permita quantificar os atuais problemas, projetar os impactos futuros de obras em curso ou planeadas e propor soluções integradas para o trânsito.

Moita, 11 de dezembro de 2024

Os eleitos da CDU”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação a discussão intervieram:

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

O problema do trânsito na Moita não é de agora, todos sabem, e por acaso, a mexer aqui nuns papéis, encontrou uma coisa antiga, um recorte de jornal do ano 2000, que diz que uma equipa de projetistas vai analisar o Dique, e isto era o dique que resolvia o problema do trânsito na Moita. Segundo se ouvia, na altura, por parte dos responsáveis ficaram ali dois milhões e trezentos mil contos, porque ainda estavam no tempo do escudo. Imagina, se aquilo tivesse acontecido com uma gestão PS, que até em Nova Iorque iam saber o que se tinha passado. É que não foram apuradas responsabilidades. Ninguém sabe quem foi o responsável. Aliás, há quem saiba, a população é que não sabe. E assim, um problema que se podia ter resolvido na altura, ficou até aos dias de hoje por resolver, e não é fácil. Não se pense que é fácil.

Depois, o problema foi agravado aquando da passagem dos camiões do ALDI pela rua da Paz, e a total ausência do estudo de impacto. Zero. Nada foi feito. Os moradores sofrem com aquilo, quem tem que lá passar, sofre com aquilo, e, por acaso, sabe por experiência própria que não é fácil andar por ali àquelas horas, ali e não só.

A ponte do Matão, pensa que só peca por tardia. Está convencido disso, e peca por tardia porque essa obra podia ter avançado no mandato anterior, porque no PS, no tempo em que eram oposição, apresentavam sugestões credíveis e exequíveis, mas eram do PS, não interessam. Não faz mal, aproveitou agora este executivo e fez muito bem, e aquilo vai resultar. Pode não resolver o problema na totalidade, mas vai resultar.

Depois, tiveram a herança da rua São Sebastião, que foi uma herança, por falta de manutenção das coisas, é mesmo assim, o rio minou, minou, chegou àquele estado. Se a obra não foi de seguida, não foi. O centro de saúde da Baixa da Banheira também não foi, e foi o governo PS e o executivo PS que resolveu aquilo que a CDU não conseguiu resolver, porque a obra esteve parada anos a fio. Já agora, um aparte, se calhar, até havia interesse, porque era uma forma de revoltar a população da Baixa da Banheira contra o governo PS, e o efeito de contágio chegar a nível local. Se calhar, às vezes, há interesse nas coisas, mesmo sacrificando a população, há quem saiba aquilo que está a fazer.

Eram estas as considerações que se impunham dizer aqui acerca desta recomendação, e não o admira que, da parte da CDU, não queiram nada. Foi habituado a ouvir, quando passava ali na zona do Matão, os cães a ganir e a ladrar, porque estavam para ali, e depois cães de grande porte chegavam a matar cães de pequeno porte. Este executivo, resolveu facultar dignidade aos animais, a localização não servia. As oficinas da Junta de Freguesia da Moita, e que é uma mais-valia para a Junta ter as oficinas junto à sede, a localização também não servia. Nada serve.

Lembrou-se de um amigo seu que, quando era pequenino, vindo da escola, implicou com o almoço que a avó lhe fez e queria um ovo estrelado. A avó fez o ovo e ele não quis o ovo, e o avó esfregou-lhe o ovo na cara. O menino não queria nada, queria era chatear. Era aquilo que o menino queria. E este executivo

não vai deixar de se chatear, vai é incomodar, porque melhoramentos e obras, são visíveis em todo o concelho, por todo o concelho. Não se pode dizer que seja mais numa freguesia em detrimento de outras, é por todo o concelho. Está a revitalizar os mercados, está a fazer aquilo que tem que ser feito e, mesmo assim, é acusado de não revitalizar os mercados. Não podem obrigar as pessoas a ir ao mercado, quando têm cada vez mais superfícies comerciais.

Aquilo que tem a certeza absoluta é que não se vão deixar afetar, nem vão mudar sequer o rumo e o foco. É para manter o foco e continuar, porque a população, independentemente, do que uns possam dizer nas redes sociais, e etc., a população sabe e vê o que está a ser feito, portanto, a população é que vai julgar em 2025.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Só queria tecer aqui alguns comentários sobre esta recomendação. É claro que todos têm consciência daquilo que é o trânsito, atualmente, dentro da vila da Moita, e não só, mas manifestamente dentro da vila da Moita, até porque uma grande parte do trânsito é obrigado a passar por dentro da vila neste momento, para aceder a outras ligações rodoviárias, nomeadamente à A33, e isso, como é óbvio, causa um congestionamento agravado do trânsito dentro da vila da Moita.

Mas, olha para esta recomendação, e não sabe porquê, ela devia ter aqui a data de janeiro de 2020, de julho de 2020, porque não se lembra, quando autorizaram a construção do complexo do ALDI, na Quinta da Fonte da Prata, de ter existido algum estudo de impacto rodoviário da circulação de trânsito que iria existir daquele complexo. Não se lembra de ter visto esse estudo. Se a Câmara Municipal o tem, era bom que fornecesse à Assembleia para conhecerem, mas acredita que não exista. Também não se lembra de ter visto nenhum estudo de impacto rodoviário, quando decidiram colocar em zona 30 a rua 1º de Maio e a ex-estrada nacional, na Baixa da Banheira. Porque é que colocaram aquilo como zona de velocidade 30? Houve algum estudo de impacto? Houve algum estudo para decidir que aquilo seria uma circulação de 30? Também não se lembra. Por isso, acha que esta recomendação vem muito tarde, acha que deveria ter vindo, há muitos anos atrás, quando se decidiu fazer determinadas opções políticas na construção daquele complexo logístico do ALDI. Porque agora, neste momento, aquilo que é a preocupação da rua da Paz, devia ter sido feita há dois anos atrás, mas tudo bem. Ainda bem que ela veio dois anos atrasada, ou três, ou quatro, mas veio.

Depois, teve a oportunidade de estar atento às declarações da Câmara Municipal, nomeadamente, na pessoa do senhor Presidente, aquando da visita das obras que terminaram agora, junto ao Varino, junto à rua da Paz, e teve a oportunidade de ouvir que existe a intenção, por parte da Câmara Municipal, de fazer uma quantidade de intervenções na rua da Paz, precisamente, para colmatar a questão que existe no trânsito, para além daquilo a que o Deputado João Soeiro já fez aqui referência, que é a reabertura da rua São Sebastião, que acredita que esteja para breve, pelo menos, daquilo que lhe foi possível assistir, estará para breve a abertura dessa rua, com a nova ligação da saída da vila da Moita pela estrada do Matão, com duas vias de circulação, que pensa que, no princípio do próximo ano, também estará, eventualmente, ativa, e com a remodelação da rua da Paz que foi apresentada pelo senhor Presidente, acredita que este problema esteja resolvido, e que seja minimizado o impacto rodoviário na Moita, por isso não faz muito sentido esta recomendação ter vindo neste momento.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Os Deputados João Soeiro e Daniel Serpa já disseram grande parte daquilo que é importante, mas tem que fazer aqui alguns reparos. Dizia, há pouco, o Deputado João Faim, que a recomendação sobre os esgotos, vinha tarde e que por isso, por ter vindo muito tarde, tinha uma oportunidade qualquer obscura, uma intenção qualquer obscura. Esta recomendação que fazem, e podiam fazer dezenas de recomendações, mas sobre o trânsito? Que falta de oportunidade.

Só uma coisa justifica esta recomendação, é, efetivamente, o tempo em que vivem, são os períodos que vêm agora a seguir, nada mais justifica isso. Permitam-lhe, é uma opinião sua, como é evidente, é um tiro no pé, enorme, esta recomendação. O trânsito? O concelho esteve parado, neste aspeto do trânsito, desde sempre. Começou agora, neste mandato, a fazer-se alguma coisa para resolver o problema do trânsito na Moita. Está pior, é evidente, a plataforma do ALDI tem um impacto muito significativo, mas o estar pior não é de há dois anos? É de há mais tempo? Não recuem muito, senão é pior ainda.

Neste momento, e poder-se-á dizer que é pouco, se alguma coisa está a ser feita para minimizar os impactos do trânsito na Moita, é agora, é neste mandato. Lembra-se, uma vez que estava numa Assembleia com o saudoso Alberto Gutierrez, seu amigo de Sarilhos, e falava muita vez com ele sobre a questão do trânsito, as suas discussões sobre o trânsito na Moita, que começaram por ser acaloradas,

passaram depois a ser pacíficas, porque ele começou a reconhecer que, realmente, o maior problema da Moita era o trânsito, foi sempre o trânsito.

Lembra-se que fizeram algumas coisas acerca do trânsito, fizeram uma célebre rotunda ali no Carvalhinho, aquela rotunda enorme que dá para passar dezenas de camiões, e para os camiões curvarem com maior segurança, aquela rotunda que vai para a escola profissional, que tem um impacto enorme. Era por esse tipo de rotundas que passava as soluções do trânsito na Moita, portanto, trazerem aqui uma recomendação para estudos, estudos de impacto, estudos para prever o que aí vem, é de uma hipocrisia enorme. É um enorme tiro no pé que estão a dar.

Não vai fazer muitas mais considerações, e aquilo que vai dizer é que é a partir de agora que, eventualmente, se vai minimizar os impactos do trânsito. Fizeram isso para quê? Por causa da estrada que se está a fazer ali no Matão? Para contrapor um pouco o impacto daquilo? Aquilo, como o Deputado João Soeiro diz, e muito bem, não vai resolver o problema, mas vai minimizar. E tudo o resto. Agora, quem não fez nada pelo trânsito no concelho, quem nunca se lembrou de fazer estudo sobre coisa nenhuma, quem teve o dique e mandou o dique abaixo, e gastou montes de dinheiro no dique, quem imaginou que havia uma estrada que vinha não sabe de onde, e que não fez coisa nenhuma, vir agora fazer uma recomendação com este teor, é quase, não diria provocação, mas enfim, vai se ficar por um tiro no pé.

Não pensem, nunca, era impossível poderem acompanhar isto, nem pensar. Isso era participarem nessa hipocrisia, porque o que se está a fazer agora é alguma coisa para se minimizar os impactos no trânsito. Há muito para fazer, como é evidente, há muito para fazer. O que não falta para aí são coisas para fazer.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Vai tentar ser o mais breve possível, e começava por lembrar o senhor Deputado António Costa que, além da rotunda que referiu, todas as outras rotundas que existem no concelho foram feitas por gestão da CDU, portanto, para quem não fez nada, foram só todas as rotundas, além da esmagadora maioria das estradas, além dos semáforos, além das passadeiras, além de quase tudo o que foi feito no concelho da Moita, foi feito por gestão da CDU.

Queria relembrar também o senhor Deputado João Soeiro, e pareceu-lhe que também o senhor Deputado António Costa, que deram a entender que o dique teria trânsito automóvel, que não é verdade. O dique nunca foi projetado para ter trânsito automóvel. O senhor Deputado António Costa diz que a CDU não quer nada, mas a CDU está aqui a propor uma coisa para o PS fazer, e o PS não quer fazer. A CDU está a propor aqui que a Câmara faça um estudo para resolver, ou para minimizar, os problemas de trânsito que existem na Moita. Não existem só na Moita, mas cabe-lhes resolver os problemas do território. O trânsito aumentou na Península de Setúbal, na Área Metropolitana de Lisboa, aumentou globalmente na região e também aumentou no concelho da Moita. E perdoem-no, mas sabem tão bem como o próprio, que os problemas de congestionamento de trânsito na rua da Paz não se dão apenas quando estão a passar os camiões. Era bom que assim fosse, mas não é verdade. É às horas de ponta, às vezes, nem é preciso ser às horas de ponta. Há um problema de excesso de trânsito na Moita.

A estrada que estão agora a alargar junto ao Matão, não vai resolver o problema, vai minimizar, e vai minimizar de uma forma que não é a mais adequada ou, se calhar, é aquela que é mais fácil de fazer agora, que é aumentar o tráfego de atravessamento no centro da Moita pela marginal e seguindo pela rua de São Sebastião. Aquilo que o PS, enquanto foram governo, nunca quiseram fazer, foi a variante, a CREM, a circular regional externa, que até está no programa eleitoral do PS, sabendo que não tinham a competência para o fazer. Estava no Plano Rodoviário Nacional, e era essa estrada que iria minimizar o maior impacto de trânsito na vila da Moita, e não só na vila da Moita, porque permitiria desviar todo aquele trânsito que não tem que passar pelo centro da Moita, nem pelo centro de Alhos Vedros. Não foi feito. Não foi feito e não vai ser feito. Infelizmente, também não preveem que este Governo esteja para aí virado.

Ora, o que estão aqui sim a propor, é um estudo e uma outra solução que possa minimizar ligeiramente o problema, mas um estudo que a Câmara possa promover para minimizar os problemas de trânsito, não na rua da Paz, mas na vila da Moita toda, porque sabem que não é só ali que há problemas, e o PS já anunciou que ia votar contra. Não sabe se há estudos, se não há estudos, não têm conhecimento de estudos nenhuns, e o senhor Deputado António Costa, se não quer votar, ou se o PS não quer votar, não vota a favor disto, e assumem que estão contra o estudo de uma solução de trânsito para a vila da Moita. Portanto, da parte da CDU, vão continuar a propor estas coisas. Esta é uma recomendação, e não querem aprovar uma recomendação, e até neste mandato, já foi votada uma recomendação para desviar o trânsito pesado da Moita, apresentada aqui pelos deputados independentes, que foi

aprovada, e não fizeram nada, não quiseram saber, portanto, quem não quer resolver os problemas é o PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a recomendação a votação.

Submetida a votação, a **recomendação** foi **reprovada** por **maioria** com doze votos a favor, sendo dez da CDU, dois do BE, um do Independente Bruno Mendes; 15 votos contra do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Voto contra por aquilo que foi explicado anteriormente pelo meu colega António Costa, mas, meu caro João Figueiredo tem que fazer uma correção. Eu era Presidente do Centro Náutico no ano 2000, e acompanhei isto de perto, e o que foi combinado foi o Centro Náutico passar para montante do dique, e aquilo tinha a ponte elevatória para passar os carros, ok João Figueiredo? A ideia era passar os carros ali e desviar o trânsito da Moita daquela forma, portanto, não é verdade que não passavam ali carros, ou que não era suposto passar. Era suposto passar carros, e foi para esse efeito que começaram a fazer aquilo, só que enganaram-se, em vez de fazer o molho com uma estrutura que aguentasse a força da água, fizeram um molho com finos, e aquilo ficava oco, portanto, para quem não conhece essa história, eu, por acaso, conheço-a muito bem.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do CDU para proceder à apresentação do documento 2.4.

Deputado do Grupo Municipal da CDU

“Voto de Pesar pelo Falecimento de Celeste Caeiro

Em 15 de novembro de 2024 faleceu aos 91 anos, Celeste Caeiro, a mulher que, no dia 25 de Abril de 1974, ao distribuir cravos aos militares do MFA, num gesto com um extraordinário simbolismo que foi um prenúncio da aliança, determinante na Revolução, entre o povo português e o Movimento das Forças Armadas, fez com que a Revolução de Abril ficasse conhecida em todo o mundo como a “Revolução dos Cravos”.

Celeste Martins Caeiro, nasceu em Lisboa a 2 de maio de 1933, oriunda de uma família humilde, e viveu grande parte da sua vida em Lisboa. Enfrentou uma vida de grandes dificuldades com perseverança. Mulher trabalhadora, de fortes convicções, e militante comunista até ao fim da sua vida, a sua generosidade e afabilidade ficará na memória de todos os que com ela conviveram.

No dia 25 de Abril de 1974, manhã cedo, Celeste Caeiro levantou-se para ir trabalhar num restaurante situado em Lisboa, na Rua Braancamp. A casa fazia um ano nesse dia e comprou flores para oferecer aos clientes. Como não abriu, devido às movimentações militares, os cravos foram distribuídos pelas trabalhadoras. Celeste não foi para casa, juntou-se aos populares no Chiado e tendo sido informada por um dos soldados de que estava em curso uma revolução, ofereceu-lhe um cravo que o militar colocou no cano da espingarda. O camarada do lado também quer e Celeste oferece-lhe outro. Por ela passam mais soldados, e a cada um, um cravo.

O resto da história é por demais conhecida. Celeste distribuiu todos os cravos pelos militares, sendo depois o seu gesto seguido pelas gentes na rua. Ficou conhecida como a “Celeste dos cravos” e o 25 de Abril como a “Revolução dos Cravos”. Ficarà para sempre associada à história e memória do 25 de Abril e da liberdade no nosso País.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 11 de dezembro de 2024, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Celeste Caeiro e expressa à sua filha, neta, e demais familiares e ao Partido Comunista Português, as sentidas condolências.

Moita, 11 de dezembro de 2024”
Os eleitos da CDU”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.
Por não ter pedidos de intervenção submeteu o voto de pesar a votação.

Submetido a votação, o **voto de pesar** foi **aprovado** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida. deu por concluído o Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - Ata nº5.1/24 – XIII Mandato – sessão ordinária de junho - 1ª reunião – 28.06.2024

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.
Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e um votos a favor, sendo onze do PS, seis da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

3.2 - Ata nº5.2/24 – XIII Mandato – sessão ordinária de junho - 2ª reunião – 03.07.2024

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.
Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e dois votos a favor, sendo nove do PS, nove da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

3.3 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato, apresentado por Elvis João Duarte de Freitas (nºs 1 e 2 do art. 8º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita)

Em conformidade com o nº2 do artigo 7º do Regimento, qualquer pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve ser dirigido ao Presidente e apreciado pela Assembleia.

Não tendo sido manifestado qualquer pedido de intervenção, considerou-se formalmente **aceite o pedido de renúncia** por todos os membros.

3.4 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato, apresentado por Raquel de Jesus Garcia Capucho (n.ºs 1 e 2 do art. 8.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita)

Em conformidade com o n.º2 do artigo 8.º do Regimento, a renúncia torna-se efetiva desde a data da sua apresentação ao Presidente, a qual deverá constar na ata da sessão seguinte.

Não tendo sido manifestado nenhum pedido de intervenção, considerou-se formalmente **aceite o pedido de renúncia** por todos os membros.

3.5 - Orçamento, Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano 2025

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, três votos contra, sendo dois da CDU e um do vereador independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 28/11/2024:

“Em conformidade com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o art.º 45.º e 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação vigente, bem como nos termos do previsto no n.º 46 do ponto 11 da NCP 26 e n.º 17 do ponto 6 da NCP 1, ambos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, foram elaboradas as demonstrações orçamentais e financeiras previsionais para o ano de 2025 e seguintes.

Nestes termos, proponho a aprovação do Orçamento, Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano para 2025-2029, e posterior remessa à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea a), do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Vão passar aqui a falar de coisas igualmente importantes, e de ressaltar que também os temas que foram apreciados e debatidos nesta Assembleia, no âmbito das recomendações e moções foram muito importantes, e dar apenas nota que Câmara Municipal, no orçamento e nas atividades que pretende continuar a desenvolver no ano de 2025.

Desde já, salientar e agradecer a solidariedade, o empenho e o reforço positivo desta Assembleia Municipal, no que diz respeito, neste caso, da intervenção junto da Simarsul, algo que continuarão a fazer no âmbito das grandes opções do plano para 2025, da mesma forma que têm vindo a fazer desde que iniciaram este mandato. Da mesma forma que, na celebração dos 20 anos da Simarsul, no dia 19 de novembro, aqui neste mesmo espaço, na presença do Presidente da Simarsul, da Águas de Portugal e outras entidades, fez referência a isso mesmo, que era necessário resolver, de uma vez por todas, as situações das estações elevatórias. Da parte da Câmara Municipal, no que lhe diz respeito, continuarão a trabalhar, e agora ainda com mais força, porque com a força da Câmara Municipal junta com a força da Assembleia Municipal, irão, junto das entidades, porque já não será a Câmara Municipal sozinha a envolver-se nesta matéria, tem o respaldo da Assembleia Municipal, e, neste caso, de todos os partidos da Assembleia Municipal, e é disso que fala o orçamento de 2025, para o próximo ano, dar continuidade e progressão ao programa eleitoral com que se apresentaram a eleições.

Há estratégias que têm vindo a desenvolver no âmbito da mobilidade urbana, e lembrar que o facto de associarem, e agora passarem a ter um alargamento da via do Matão, não significa uma maneira de escoar o trânsito mais rapidamente pelo interior da Moita, significa que, pela primeira vez, quando esta obra estiver concluída, passarão a poder a pedir trabalhar em uníssono com duas rotundas, porque, até ao momento, sempre que havia um acidente, que é normal acontecerem acidentes na rotunda junto à BP, pura e simplesmente, o concelho ficava cortado a meio, e a única maneira de ir para a Baixa da

Banheira ou para Alhos Vedros a partir da vila da Moita era pela A33, e para isso bastava que o trânsito ficasse cortado na rotunda da BP.

Da maneira como está configurado o trânsito, obrigava a uma enorme volta, e é desta forma que este orçamento, e a continuidade das obras que têm vindo a desenvolver, e vão desenvolver, preveem resolver problemas da mobilidade quotidiana dos cidadãos, nas mais diversas áreas, seja diretamente, seja em conjunto com entidades parceiras, que estão aqui a desenvolver projetos, obras e investimentos, e é também com base nos investimentos que serão feitos e desenvolvidos, que a Câmara Municipal, junto dessas entidades, no âmbito do reforço das infraestruturas, também prevê resolver alguns problemas de mobilidade, porque têm a noção que, com o aumento dos preços das casas da Área Metropolitana de Lisboa, cada vez mais pessoas procuram morar nos concelhos da coroa urbana, à volta de Lisboa, e a Moita não é exceção. Verifica-se um aumento do trânsito em todos os concelhos da Península, mas à Câmara cabe-lhe continuar a dar resposta a esta matéria.

É por isso mesmo que, já a pensar no futuro, amanhã mesmo estarão reunidos com a Secretária de Estado da Mobilidade, porque continuam a focar-se em defender, e continuar a defender, o terminal fluvial em Alhos Vedros. Neste momento, em que se fala do metro de superfície, também é muito importante definir o traçado, face aos eixos existentes e determinados para não conflitar e não causar mais problemas com o trânsito no concelho, e já que também se está a falar da terceira travessia, continuam a pugnar e a defender, não a requalificação do nó existente, que também era bom que o requalificassem, mas sobretudo fazer um novo nó ali junto à estrada do Pinhal do forno, fazendo por ali uma nova ligação ao concelho da Moita, servindo a zona industrial, servindo Alhos Vedros, servindo a Baixa da Banheira e também a Moita. Isso sim, resolveria e faria com que muitos automóveis deixassem de passar pela vila da Moita, tanto automóveis como veículos pesados de mercadorias. É para isso, e é nisso, que estão a trabalhar

Este orçamento, fala de dar continuidade a projetos e obras importantíssimas como é, neste caso, a pista de atletismo na Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, que sendo tão próxima geograficamente de três localidades, neste caso, a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, e logo ali o junto ao Vinhense, na Vinha das Pedras, que já em Alhos Vedros, serve ali, de uma assentada, três freguesias. Mas, independentemente do local onde se faça uma obra neste concelho, terá sempre a visão do executivo de servir todo o concelho.

Este orçamento, traz-lhes também a conclusão das obras da futura divisão de educação, que está a ser concluída, para que profissionais possam ter melhor qualidade, melhor acesso e resposta à população, passando um edifício, que agora é de habitação, a estar vago.

Este orçamento, continua a apostar na requalificação do edificado da Câmara Municipal, e agora que a Câmara Municipal vai ter, espera, em breve, o regulamento para atribuição de casas aprovado, continuará a apostar nessa matéria, para poderem continuar a pôr as casas do município ao serviço da população, sendo que continuam a ter um grande problema com o IHRU, que é conhecido e é reconhecido por todos.

Este orçamento, fala da requalificação do centro de Alhos Vedros, num valor, aproximadamente de m milhão e cem euros. Tem uma intervenção na zona do coreto, junto à SFRUA, uma obra que já está lançada, também já lançaram a obra em frente à Misericórdia, e agora irão dar continuidade àquele estacionamento onde, por norma, fazem a feira medieval, até à estação dos caminhos de ferro, requalificando toda aquela frente e toda aquela zona, esperando sim, que depois, com a Câmara na linha da frente, a requalificar o espaço urbano e a requalificar o espaço público, os empresários, como tem acontecido em muitos locais em que a Câmara Municipal está a fazer intervenções, venham atrás, comprem e requalifiquem também essas mesmas habitações, e as ponham ao serviço, quer para uso particular, quer para o mercado de arrendamento, que tanta falta faz para fazer face aos preços que, hoje em dia, têm aqui na Moita e até combater a sobrelotação das casas existentes.

Este orçamento, continua com o foco no desenvolvimento e no investimento na marginal da Moita, de um e do outro lado da marginal, tornando um sítio mais aprazível e bonito para todos poderem estar e circular, e essas obras irão iniciar-se no ano que vem. Da mesma forma que já fizeram intervenções, neste caso, no parque da Moita, com a colocação do quiosque, acoplado das instalações sanitárias, algo que era há muito pedido pela população e que a Câmara agora decidiu colocar, e o concurso público será levado à reunião de Câmara para que todos possam ter conhecimento, e depois, quando for o dia e a hora, todos que o queiram e desejem, poderem ir lá licitar para ver se ficam com esse equipamento.

Este orçamento, também lhes trás, e fala, da continuidade e a conclusão das obras que estão a acontecer no parque Zeca Afonso, na Baixa da Banheira, com a pista de skate, onde outros, no passado, a exemplo de parques que foram retirados e equipamentos levados, sabe-se lá para onde, devolverem uma vez mais um equipamento à população, que é os poços que existiam para fazer a prática de desportos radicais. No seu tempo, era skate e patins, hoje em dia, já será skate, patins, trotinetes e

todas as outras coisas que os jovens de hoje em dia se possam lembrar. Irão dar continuidade à requalificação do parque, da mesma forma que, nesse mesmo parque, já plantaram mais de 70 árvores. É que é preciso ter noção, quando se fala que o PS corta árvores, abate árvores, não gosta de árvores, que fizeram ilhas sombra no parque Zeca Afonso, já neste mandato, com mais de 70 árvores, e querem continuar a desenvolver esse trabalho, junto com as entidades, junto das associações. Este orçamento, é disto que também lhes fala e é isto que também está representado.

Este orçamento, tem o cuidado de dar continuidade ao trabalho que têm vindo a fazer, neste caso, nos mercados municipais. Já foi o da Moita, em primeiro lugar, com portas automáticas, pintado por dentro, requalificado, colocadas ilhas ecológicas cá fora, e agora, já este ano, estão a fazer, na Baixa da Banheira, no mercado da zona sul, exatamente, o mesmo que fizeram na Moita, sem tirar nem pôr. Colocação de portas, ilhas ecológicas no exterior, pintura interior, é disso que lhes fala este orçamento. É desse trabalho. É isto que é apoiar o comércio local. É isto que é apoiar as pessoas dos mercados. Há pouco, falavam aqui há que as pessoas, cada vez mais, procuram as grandes superfícies comerciais e porquê? Porque as grandes superfícies comerciais têm conforto, os lojistas têm conforto e quem lá vai tem conforto. Então, a Câmara Municipal, num espaço seu, ou num espaço que não sendo seu tem a responsabilidade de gerir, deve criar as condições para que os comerciantes possam desenvolver, da melhor forma, a sua atividade e para que as pessoas tenham todo o conforto. É por isso que, já neste mandato, e este ano, se renovou a área do frio e as arcas frigoríficas, não só para melhorar o comportamento energético, como também dar mais qualidade, mas querem aprofundar também nessas áreas.

Este orçamento, tem por objetivo continuar, aprofundar e dar forma ao Gabinete de Apoio ao Empresário, algo que todos se lembravam no tempo passado, e sabe que, às vezes, lhe pedem para não falar do passado, mas é preciso falar do passado, para perceber de onde é que veem, para perceber para onde é que vão e para onde se encaminham. É do tempo em que vinha aqui no orçamento com quinhentos euros porque era preciso abrir rubrica, e depois logo se via se se fazia ou não. Uma, duas, três quatro, cinco, seis, e que só existia no papel, não passava do papel, como muitas outras coisas que nunca passaram de intenções ou do papel, mas estão cá para concretizar. Por isso, em boa hora, a Vice-presidente Sara Silva e a sua equipa, decidiu avançar nessa matéria, com o Gabinete de Apoio ao Empresário.

Este orçamento, não desiste da aposta, direta ou indireta, quer com o recurso, neste caso, a cooperativas de habitação, quer à Câmara Municipal desenvolver, na construção de habitação para as pessoas. Só que há aqui uma coisa que se tem que deixar bem clara, o IHRU tem que dar resposta. O IHRU não pode continuar em “cima do muro” e o Governo tem que exigir que o IHRU assuma as suas responsabilidades. E não vale a pena o Governo lhes vir dizer que, se porventura, o IHRU não responder, que as câmaras podem muito bem financiar-se a 60% no 1º Direito, ficando com 40% do empréstimo a sua responsabilidade, tendo a Câmara a responsabilidade de construir tudo aquilo que faz falta construir de habitação neste concelho, e que se pode muito bem financiar com o preço das rendas. É só o Governo não ter a noção do que é que é cobrado às pessoas nas rendas, e que não se consegue ir buscar, e é muito fácil, não fazendo contas, dizer-se que, para os 40% que ficam a faltar, as câmaras se financiam com as rendas. Logo aí, havia e corriam o risco de os valores deixarem de ser a rendas acessíveis.

Porque, ainda hoje, ainda há bem pouco tempo, têm a renda apoiada e, neste caso, as rendas a valores acessíveis, e são duas esferas completamente diferentes, mas têm que ter respostas para ambas, para todas as pessoas. E bem sabem as dificuldades em que as pessoas neste concelho vivem, motivo pelo qual também houve o cuidado, neste orçamento, de não aumentar impostos. É que a Simarsul, a Amarsul, têm vindo a aumentar as taxas de ano para ano, e a Câmara Municipal nunca passou isso para os munícipes. Tem vindo, ao longo do tempo, a amortecer e a ficar deficitária nessas matérias, porque paga muito mais à Simarsul e à Amarsul do que aquilo que os munícipes pagam nas suas faturas para entregar à Simarsul e à Amarsul, mas pagam e pagam tudo, não lhes ficam a dever. Pagam quatro milhões, e mesmo assim eles prestam o serviço que prestam, com a pobre qualidade do serviço que prestam, e é isso que tem que ser denunciado, porque pagam e eles prestam um serviço que não é condizente com aquilo que pagam.

É por isso que as pessoas podem encontrar neste orçamento, continuar a encontrar a segurança de que a Câmara, mais um ano, mais uma vez, irá amortecer esta diferença, porque estão conscientes das dificuldades que a população e que todos aqui atravessam. O que as pessoas podem esperar, ao longo do próximo ano, é as obras que estão previstas neste orçamento, as obras que estavam para ser concluídas e que vão ser concluídas, as obras para as quais têm vindo a desenvolver os projetos, e que estão próximos de avançar, vão avançar, porque só neste momento é que conseguiram ter os projetos amadurecidos para poder avançar, e espera no próximo ano, e é isso que também podem esperar neste orçamento, estarem a lançar o concurso para a construção do quartel da GNR. É isso que a população no concelho da Moita pode esperar, para além das normais requalificações urbanas de espaços,

jardins, arruamentos, repavimentações que são necessárias serem feitas, e trabalho corrente um pouco por todo o concelho. É isso que as pessoas podem esperar deste orçamento que hoje aqui apresentam.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, António Chora (na ausência do Presidente da Assembleia Municipal)

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Queria fazer uma pergunta ao senhor Presidente, que há bocado aqui afirmou, a propósito de uma pergunta de um senhor munícipe relativamente à questão da motoniveladora, que a Câmara vai adquirir uma motoniveladora, e a sua pergunta é em que rubrica do orçamento é que está prevista essa verba para aquisição dessa tal máquina motoniveladora? É que uma máquina motoniveladora custa umas centenas de milhares de euros e há uma única rubrica de aquisição de maquinaria e equipamento, viaturas e máquinas, com uma dotação de apenas sessenta mil euros, que é o que lá está contemplado. Portanto, se vai comprar a máquina, diga lá onde é que está o dinheiro, em que rubrica que está, porque não conseguem localizar e, em nome da verdade, acha que esse esclarecimento deve ser aqui feito.

Já agora, sobre as referências ao passado, o senhor Presidente refere, e gosta muito de referir, os mandatos anteriores, mas fala do atual mandato, relativamente ao Governo, que é recente, e não defende aqui o Governo, para si, o Governo do PS ou do PSD representa, exatamente, a mesma coisa, mas só para lembrar o senhor Presidente, já que estão a falar do passado, e em nome da coerência, sobre a questão da habitação, embora critique o atual Governo de não fazer nada, no passado, o governo do PS, nomeadamente, sobre a questão da habitação, também nada fez. E essa crítica, em nome da verdade, o senhor Presidente também devia aqui fazer, porque já era Presidente da Câmara nessa altura. O PS tem governado durante grande parte do seu mandato, e nunca o ouviu aqui criticar da mesma forma, portanto, é só uma questão de clarificação e de coerência.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Em relação ao orçamento para 2025, queria colocar uma questão e deixar aqui uma nota muito positiva, porque este valor de um milhão cento e dez mil euros a ser aplicado nas quatro requalificações no centro histórico de Alhos Vedros, é um motivo de orgulho para a freguesia de Alhos Vedros e para a população, porque era mesmo muito necessário aqueles locais, e fazia todo o sentido, serem reabilitados, portanto, é uma nota muito positiva para Alhos Vedros este orçamento de 2025.

Depois, queria só colocar uma questão, e é uma questão recente, que se prende com o seguinte. Hoje, receberam nas instalações das oficinas da Junta de Freguesia de Alhos vedros, uma palete com um conjunto de caixas dos 1600 azulejos do Luís Cruz Guerreiro que vieram das Caldas da Rainha. O painel foi concluído, fizeram lá uma visita, e ficou articulado com a Câmara, com a divisão de cultura, ser a Junta a receber e a guardar esse maravilhoso equipamento, até ser instalado num local que já designaram, de forma unânime. Reuniram um grupo de trabalho, com o executivo, membros da Assembleia de vários partidos e outras pessoas convidadas, para tomarem uma decisão o mais abrangente possível, como é a matriz do Partido Socialista, que é de diálogo e de consenso, em relação ao local onde fazia sentido instalar o painel em Alhos Vedros.

Já comunicaram à Câmara há cerca de 1 mês e queria saber, é só uma pergunta, se haveria a possibilidade, e se está cabimentada a instalação do painel no local referido porque, por acaso, o local comunicado foi no largo da Feira. É um dos maiores painéis em espaço público a nível nacional, não será o maior, haverá de certeza maiores, mas é um motivo de referência no concelho e na freguesia de Alhos Vedros, e de certeza que vai ter grande visibilidade quando for inaugurado. Não sei se haverá possibilidade para o ano, espera que haja e, naturalmente, tem que pedir à Câmara que faça esse esforço, de instalação desse painel no local onde foi decidido pela freguesia de Alhos Vedros.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Queria, em relação a este orçamento e às GOP, levantar aqui duas ou três questões. A primeira é que continuam com sérias reservas quanto às questões relacionadas com a habitação, e a necessidade de habitação social no concelho, e também continuam a pensar que, aquilo que caracteriza um orçamento, normalmente, que quer investir no futuro, são as despesas de capital e, neste caso, elas são pouco mais de 27% do orçamento geral da Câmara, que não sendo o maior, é talvez o segundo maior deste

mandato, portanto, veem que, em termos de projeção para o futuro, as despesas de capital continuam a ser reduzidas, e isso deixa-os sinceramente preocupados e desgostosos

Quanto à questão da repavimentação, só no caso concreto da Baixa da Banheira, pode dizer que existem estradas na Baixa da Banheira que são piores que as estradas em Gaza. Em Gaza, veem, na televisão, os prédios destruídos e as estradas transitáveis, na Baixa da Banheira há estradas que não estão transitáveis, começando logo pelo início da estrada da Amizade, junto à rotunda de cima do Vale da Amoreira. Quando se entra naquela rotunda, os buracos são terríveis, quando se sai para a estrada da Amizade, se chegarem à rua da Amizade, então é impossível transitar lá. É uma rua que sabe que está dividida entre dois concelhos, mas que, possas, para não dizer outra coisa, são os dois do mesmo partido e podiam, perfeitamente, já se ter entendido. É que as pessoas quase têm que andar com o carro ao colo. Não há outra hipótese de transitar naquela estrada, que é, talvez, das coisas mais estranhas que se pode ver, porque há estradas em caminhos de campo, de terra batida, em que se transita muito melhor do que naquela rua da Amizade. Pensa que, com os seiscentos mil euros que estão previstos neste orçamento para repavimentações, não vão lá, e não conseguem melhorar a Baixa da Banheira, nem os acessos da zona sul, nem os acessos da zona norte.

Também verificaram um terreno à venda na Baixa da Banheira, na zona sul, com cerca de dez mil hectares, sabe que não é muito grande, ao lado, ou paralelo, à tal pista de atletismo que já está prevista, mas não vê, por exemplo, nenhuma zona verde para a zona sul da Baixa da Banheira, que tanta falta faz, porque a zona sul da Baixa da Banheira não tem zonas verdes. Só para terem uma ideia, não tem zonas verdes e tem pouquíssimos parques infantis naquela zona, então ali na Baixa da Serra, praticamente, os parques infantis ou ficam lá no meio de um prédio ou não existem, portanto, as crianças dali têm que vir para o parque Zeca Afonso para terem um parque infantil em condições para se poderem distrair e viver. Portanto, pensam que este orçamento, neste aspeto, e isto preocupa-os bastante, lhes deixa grandes dúvidas.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Também vai anotar a questão dos asfaltamentos, mas nota também que a execução dos orçamentos anteriores previa verbas que já teriam permitido resolver muitos desses problemas que estão aqui a ver, e que não foram resolvidos, aliás, asfaltamentos no concelho da Moita, nestes três anos, foram quase zero, mas verbas existiam.

Mas, deixa-o só começar a apreciação desta proposta com uma nota do modo como este orçamento está feito. Diz, na sua página onze, “dando continuidade ao trabalho que começou a ser desenvolvido no início de 2022, a recolha de biorresíduos continua a ser um sucesso”. Ora, o trabalho da recolha de biorresíduos começou muito antes de 2022, numa candidatura que foi feita no tempo da CDU. Foi feito antes de 2021. Foram comprados veículos, e o trabalho começou antes, portanto, este orçamento, é mais um, a seguir a outros, em que existe uma apropriação daquilo que foi trabalho que foi deixado pela CDU, existe adulteração do trabalho que foi feito pela CDU e existe uma enorme falta de cumprimento do programa eleitoral do PS. Foi ver, mais uma vez, com alguma atenção, e começou a tomar aqui umas notas, e o que é certo é que, provavelmente, no final deste mandato não chegam ao cumprimento nem de 20% do programa eleitoral do PS.

Portanto, quando se diz, na nota de abertura, “temos vindo a cumprir o programa eleitoral com que nos apresentámos à população da Moita”, chegamos à conclusão que o programa eleitoral foi um embuste. Ou o programa eleitoral, ou a atuação do PS durante esses anos, portanto, é só escolher. E dá exemplos. O PS tem uma proposta no programa eleitoral, que é “melhorar os serviços prestados no âmbito da higiene urbana, nomeadamente, varredura, recolha de resíduos e lavagem do espaço público e contentores”, e numa das datas que aprovaram agora aqui, o Deputado António Chora falava da lavagem dos túneis na Baixa da Banheira, portanto, é algo que é recorrente. É recorrente terem aqui nota de problemas na recolha de lixo, e nunca viram tantos contentores partidos como estão a acontecer neste mandato. Como falou aqui na última Assembleia, ou outra anterior, as estradas estavam sujas e precisavam de ser limpas, algo que não têm memória de ter acontecido no concelho tem estado a acontecer neste mandato, portanto, esta proposta é mais uma não cumprida.

“Desassoreamento dos braços do rio”, mas alguém viu algum trabalho de desassoreamento dos braços do rio? “Construção de novos pontões de atracagem”, em 2023, tinham mil euros de rubrica, este ano não tem nada. “Criar uma incubadora de empresas em 4 anos”, nada, porque neste mandato também não está nada. “Promover o turismo, tendo por base as tradições, as histórias e a potencialidade geográfica do concelho”, e muito bem, estão perfeitamente de acordo senhor Presidente, é por aqui, por promover o concelho que se distinguem dos outros, mas na rubrica que têm no orçamento, 80% desta rubrica é para as festas do concelho, para todas as festas. Há 10% que são para gastar em obras, nos mercados, no pavilhão, o que quer dizer que restam 10%, qualquer coisa aproximada com setenta mil euros, para “promover o turismo com base nas tradições, as histórias e potencialidades geográficas

do concelho”. Sobre acabar as obras no palacete dos Condes de Sampayo, em Alhos Vedros, para instalação do museu, que daria corpo, completamente, a esta promessa eleitoral do PS, há zero.

“Divulgar amplamente os programas e os incentivos governamentais, comunitários e municipais, de apoio à reabilitação urbana”, e este executivo esteve um ano sem as áreas de reabilitação urbana estarem aprovadas. Um ano. Houve municípios que foram à Câmara Municipal para tentar recorrer aos apoios que eram prestados, e são prestados, por este município e não puderam recorrer a eles. Houve pessoas que quiseram vir morar para o concelho da Moita, e alguns até vieram, mas não tiveram direito aos apoios que mereciam. “Requalificar toda a frente ribeirinha desde a Baixa da Banheira a Sarilhos Pequenos”, e fizeram ali um parque de merendas em Alhos Vedros, junto a um problema de esgotos que, realmente, é aqui reconhecido. “Criar uma zona de lazer na outra margem da caldeira da Moita”, já ouviram esta proposta pela terceira ou quarta vez, e continuam sem ver nada. “Novo nó de ligação da Moita à A33 – Circular Regional Externa da Moita, aquela obra que, realmente, iria melhorar francamente a situação do trânsito no concelho da Moita, e que é daquelas coisas que o PS gosta de prometer, sabendo que não pode cumprir, porque não é da sua competência. Não depende das autarquias e claro que não está feito e não vai estar feito também no próximo ano.

“Requalificação da passagem da Vinha das Pedras”, mais uma vez, nem na Vinhas das Pedras, nem neste orçamento. “Dotar todo o concelho de uma ampla rede de ciclovias e percursos pedonais qualificados, devidamente eliminados e sinalizados”, até agora, só blocos de betão, nem um metro de ciclovia, nem um candeeiro. “Lançar o orçamento participativo”, é o quarto orçamento que fazem e é o quarto orçamento em que não há orçamento participativo, e fartavam-se de falar nisto. “Cumprir a legislação e implementar o Conselho Municipal de Juventude”, mais uma vez, nada. “Construir o arquivo municipal”, aqui foi porreiro, porque a CDU tinha previsto construir o arquivo municipal nas antigas instalações dos bombeiros, e o PS resolveu que era o sítio mais indicado para se construir as oficinas da Junta de Freguesia da Moita, portanto, mais uma vez, não deram cumprimento àquilo que prometeram, e nem aparece nenhuma outra opção. É que não construíram, nem aparece nenhuma outra opção. “Ampliação da piscina da Baixa da Banheira”, como aqui foi discutido também no mandato passado, não se amplia uma piscina, constrói-se uma piscina nova ao lado daquela, ou então substitui-se a que lá está, também não está feito. “Férias sénior”, também ainda não é neste orçamento, nem neste mandato.

Portanto, este é um orçamento que é vinte e seis milhões de euros superior ao orçamento de 2022, e trinta e quatro milhões de euros superior ao de 2020. Os dois últimos orçamentos do PS são, aproximadamente, o dobro do valor dos dois últimos orçamentos da CDU, e o que se vê é que há muito menos obra, e aquela que está a ser feita, ou que foi feita, foi deixada pela CDU. Porque, não se podem esquecer das obras na rua 1º de Maio, e sim, a zona 30 foi discutida com a população, houve reuniões na Baixa da Banheira, na Sociedade Recreativa União Alentejana, com a população, para definir que tipo de obra é que ali seria feita. As obras na estrada nacional, e na estrada e na avenida Primeiro de Maio, aquela configuração decorre das obrigações do próprio concurso, cujo projeto foi feito pela CDU, foi contratado pela CDU, o PS acabou as obras.

Em Alhos Vedros, no Largo do Descarregador, onde até houve ali um bocadinho de reabilitação da margem do rio, mais uma vez foi, foi obra da CDU e que houve um elemento do PS que passou aqui pela Assembleia Municipal, há um ou dois mandatos atrás, e que até foi assessor neste mandato, disse que foi ele que mandou parar as obras porque fez uma queixa à entidade correspondente no governo, à cultura, e que fez parar as obras. Claro que depois, quando foi investigado, a obra parou um dia, continuou no dia seguinte. Portanto, quem não gosta que se faça não é a CDU. A CDU deixou obra para ser feita, deixou obra a ser feita e continuam a propor que se façam mais coisas. Agora, quanto ao programa eleitoral do PS, é só começarem a fazer as contas, ver aquilo que foi feito e aquilo que foi prometido e, no final deste mandato, nem 20% daquilo que prometeram vão fazer.

Tesoureiro da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Luís Cerqueira

Antes de salientar aqui as obras, e, de facto, é das obras que que o território se desenvolve, é a fazer obra que se muda os territórios e se melhora a qualidade de vida da população, mas ouviu aqui coisas agora de obras, e a obra quando é feita tem que ser feita com qualidade. Dá um exemplo do que está previsto neste orçamento, que é as ilhas ecológicas, uma pretensão antiga das gentes da Baixa da Banheira, hoje é uma realidade. As ilhas ecológicas, hoje, estão a ser implementadas junto ao mercado da zona sul da Baixa da Banheira, e não foi possível avançar com a sua implantação na rua 13 por causa das infraestruturas. Na altura da discussão da obra da rua 13, lembra-se perfeitamente, foi salientada a questão de as ilhas ecológicas poderem ser implementadas nessa altura, e não foram. Não foram por opção política. Portanto, quando se faz obra, tem que se fazer a obra para transformar o espaço de uma só vez.

Ainda na rua 13, pela maneira como foi implementada a iluminação, a população queixa-se, e é das queixas que mais têm dos comerciantes, a deficiente iluminação. Portanto, as ilhas ecológicas estão a ser resolvidas, vão ser resolvidas e esta já está implementada e a concluir. A rua 13 há de ser para o ano, mas cá está, são questões técnicas que têm que ser ultrapassadas, e que podiam ter sido ultrapassadas se as opções de fazer obra fosse obra de qualidade, que não foram, mas a iluminação vai ter que ser resolvida, mais tarde ou mais cedo, portanto, mais dinheiro público a ser gasto uma segunda vez.

Em relação a obras, podem falar da avenida 1º de Maio, que o preocupa, ainda não está neste orçamento, é pena, mas quando for requalificada, têm uma questão bastante grave, e que preocupa a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, porque vai ter que haver ali um impacto no trânsito, porque a Câmara vai ter que levantar aquela estrada para fazer uma rede nova de esgotos, porque foi implementado uma obra sobre uma rede de esgotos que está a colapsar, e quando se faz a obra, têm que fazer obra com qualidade. Portanto, estranha ouvir aqui que isto é um orçamento vazio, que não é. Este orçamento, para o desporto, na Baixa da Banheira, a população que representa, a construção do pavilhão desportivo da escola secundária da Baixa da Banheira, está dotado com valores de setecentos mil euros para o próximo ano, e a pista simplificada de atletismo, com um milhão e trezentos mil, e se contabilizarem aqui o skatepark, que há de estar também concluído, estão a falar aqui de mais de dois milhões euros em investimento no desporto para a Baixa da Banheira. O que é bom, é obra. É obra que há muito faz falta à Baixa da Banheira e ao concelho.

Relativamente à habitação, apraz-lhe ver neste orçamento que, de facto, é um caminho, existe aqui mais de quatro milhões de euros para habitação social, e muita outra requalificação. Ainda em reabilitação urbana, e na parte do ordenamento do território, há aqui uma rubrica, e quer colocar esta questão à Câmara, que é a requalificação do antigo centro de saúde para habitação. Sabe que está dotado aqui de um valor trinta e cinco mil euros, mas pretende também saber como é que está este projeto, que esta Câmara abraçou e conseguiu chamar a si, para poder fixar médicos na Baixa da Banheira, e qual o ponto de situação.

Relativamente ao ambiente, espaços verdes, já falou das ilhas ecológicas, é uma realidade, com o PS na Baixa da Banheira, as ilhas ecológicas, e vão continuar a ser implementadas. Depois, pequenas coisas, que têm a ver com os lixos na Baixa da Banheira, recolha de monos, mas há aqui no relatório pequenos trabalhos, mas que muito trabalho dá à Câmara Municipal, que é instrumentalizar as viaturas para melhor eficiência na recolha dos lixos urbanos. São pequenos passos, mas estão a ser feitos para melhorar.

Dentro do desenvolvimento económico, no caso da Baixa da Banheira, salientar os mercados. É uma realidade que estão a ter intervenção, já tiveram ao nível do conforto, estão agora a nível dos equipamentos de frio para o ano, também para resolver estes problemas e melhorar essas essas situações, portanto, os problemas estão a ser resolvidos.

Num âmbito mais geral, a resolução dos problemas de trânsito, sabe que estão a ser resolvidos na Moita, com um investimento na alternativa à rotunda da BP, mas estão a ser resolvidos, e pedia aqui ao senhor Presidente para não esquecer um problema que existe na Baixa da Banheira, também com trânsito, que é a chamada ponte de pedra na rua Ville Plaisir, que nunca foi resolvido. Nunca se viu resolução, portanto, deixa aqui ao senhor Presidente, que sabe que tem feito algumas diligências, e está também no seu plano de trabalho a resolução do problema da ponte de pedra, e manifestar aqui e dar força à Câmara Municipal para continuar com o seu plano, com o seu trabalho de formiguinha, a resolver muitos problemas, em prol da população.

Dizer aqui também uma coisa. 27% em despesas de capital, para si, é um bom valor. 27% em despesas de capital é um bom número.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Respondendo a algumas questões que foram aqui colocadas, a rua, a estrada da Amizade, sim, é algo que carece e irá merecer, certamente, a atenção do executivo, da mesma forma que muitas outras ruas, não é por o A, o B ou o C morar na Baixa da Banheira, que deve só pedir para a Baixa da Banheira, existem ruas que fazem falta em muitos pontos do concelho. Aquilo que não têm feito, e não se propuseram a fazer, é despejar alcatrão para cima das estradas sem fazer fresagem, como é os casos que depois verificaram à última da hora. Fez-se um empréstimo de mais de dois milhões de euros para alcatroar umas quantas ruas no concelho, e depois o que se vê, em muitos sítios, foi que se andou a

despejar alcatrão para cima das ruas, ficando, neste caso, o lancil, sem espelho, ou seja, completamente enterrado.

No Vale da Amoreira, ainda é possível verificar que existe ali um triângulo, um separador, que está enterrado abaixo da quota da estrada. E isso sim, é trabalho da CDU. A CDU trabalhava assim. A CDU trabalhava dessa mesma forma. No orçamento, podiam lá pôr, pedir empréstimos, por lá um milhão, dois milhões, e fazer. Porque, reparem bem, não faziam, não havia pensamento estratégico, e isso foi dito agora, e visto, na intervenção do senhor Deputado João Figueiredo. Foi aqui dito, podem ver e andar para trás em casa, como acharem melhor, e podem-se desdizer. É igual, já foi dito.

Os projetos da avenida 1º de Maio e da estrada nacional, foram feitos ao espelho daquilo que era a candidatura. Havia uma candidatura para uma zona 30, era preciso arranjar aquelas duas estradas, e então onde é que foram uma zona 30? Na avenida 1º de Maio e na estrada nacional, os dois eixos rodoviários principais, que vão ter que andar, forçosamente, a 30 km hora. Depois, o tráfego, estudos de tráfego, para quê? Não, é aquilo que cabe na candidatura e pronto. Falaram tanto com os comerciantes, que depois do PS ter tomado posse, teve que andar lá, a falar com as pessoas e reunir, como reuniu, com os comerciantes e a dizer, porta a porta, o que é que se ia fazer, rua a rua, traçado a traçado, o que é que se ia fazer na estrada nacional.

Falaram tanto com os comerciantes, que atravessaram uma ciclovia no meio de uma esplanada na avenida 1º de Maio, e depois, a Câmara, teve que ir ali ao lado, porque é uma pessoa de bem, o Estado é uma pessoa de bem, a Câmara é uma pessoa de bem, fazer um bocadinho mais de calçada, para o senhor ter passeio. Pensaram isto tão bem quanto fizeram a avenida 1º de Maio, que nem se lembraram de fazer a ligação do passeio da avenida 1º de Maio à envolvente da escola Mouzinho da Silveira, e porquê? Porque estavam à espera que o proprietário daquele terreno que está ali contíguo àquela zona, construísse a vivenda, para depois se irem “meter em cima do proprietário para lhe cravar”, desculpem, mas não há outro termo, o passeio.

Agora, não ficaram à espera, pura e simplesmente, olharam para as crianças, e fizeram a continuação do passeio fizeram, Isto é a forma que trabalhavam antes e que vão continuar a trabalhar. Quando metem asfalto na estrada, não é da maneira como a CDU faz, e podem bater no peito e dizer que puseram muito asfalto. Pura e simplesmente, na estrada da antiga rua 13, rua 1º de Maio, havia um problema de constrangimento, quando a CDU estava a fazer estrada nacional, e verificou-se que ali à saída do túnel, e na altura do PCP, os túneis da Baixa da Banheira nem eram responsabilidade da Câmara, eram da CP. Veja-se bem. Na altura da CDU, imputava-se sempre a culpa para terceiros, agora, e ainda bem, a responsabilidade já é da Câmara. Pronto, já chegaram a uma conclusão. Chegaram, mas é quando já estão na oposição, quando estavam no poder a responsabilidade era sempre de terceiros.

Lembrar que a rua Bento Gonçalves teve que ser intervencionada, teve que ser tudo levantado, para permitir um melhor escoamento das águas pluviais, que vinham da rua 13, porque havia uma estação de bombagem junto ao túnel, que ninguém sabia, ou que ninguém se lembrava que aquilo lá existia, e as obras tiveram que estar paradas três semanas na estrada nacional para resolver aquele problema das infraestruturas que estavam lá no local, porque não foram estudadas. Fez-se as obras da estrada nacional e não se mexeram nos candeeiros, não houve projeto de iluminação, e depois as paragens, que tinham que ser mudadas e que agora, pelas novas leis, já têm que estar ligadas à eletricidade, não podiam ser mexidas porque não houve projeto de eletricidade.

Por isso, digam as coisas como elas têm que ser ditas, e escusam de estar a dizer baixinho, que não é verdade, porque dá-lhes os projetos para consultar. Podem consultar os projetos. Porque é que, tantas vezes, dizem aqui, uma e outra vez, que não é verdade, e quando lhes coloca os projetos à disposição para consultar nunca vão lá consultar? Porque é que nunca vão consultar?

Agora, aqui, e outra vez, veem dizer que as rubricas do turismo têm uma grande vertente para aqui, e pouca para ali. Este executivo fez obras no posto de turismo, com a prata da casa, e um custo muito mais baixo, da mesma forma que intervencionaram o moinho a um custo mais baixo. Despejar dinheiro para cima dos problemas e não os resolver era no tempo da CDU. Isso era no tempo da CDU, que se despejava o dinheiro para cima dos problemas e não se resolvia. Agora, já têm um posto turismo aberto, feito com a prata da casa, com a comunidade, com as pessoas que os representam, com as associações da terra, para mostrar as tradições e aquilo que o concelho da Moita é e aquilo que o concelho da Moita representa, e fizeram por um baixo valor.

Tiraram aqueles contentores, e que depois logo se apressaram a fazer queixa a todas as entidades, não sabe quem foi, mas foram lá fazer queixa, aqueles contentores que ninguém sequer sabe de quem é que é, porque nem sequer estavam registados em nome da Câmara. É preciso que se diga isto. Aqueles contentores marítimos não estavam registados. Se alguém sabe quem os deu ou forneceu, agradece que o diga e informe o património. Escreva e mande para o património.

Sendo questionado por um membro da CDU se estava a olhar para si, disse que não, que estava a olhar para a bancada. Agora, não se sintam mal por olhar, porque olha para toda a gente espera, mas se o seu olhar incomoda, garante que não olha mais para esse lado da bancada, porque percebe que incomoda. Incomodam as obras que fazem, incomoda os problemas que resolvemos, incomoda o estarem a avançar nas mais diversas áreas, até o seu olhar incomoda, mas, pronto, chegaram ao nível em que até o olhar incomoda, por isso, vai-se pôr a olhar de lado, mas depois não se sintam mal e não digam que nem olha para a bancada da CDU. É na CDU que dizem que o seu olhar os incomoda, porque depois pode olhar para um ou para outro, e depois não consegue decidir, por isso a bancada da CDU que resolva se pode olhar, e mais tarde conversam sobre essa matéria.

Depois, vem falar da passagem pedonal da Vinha das Pedras, quando este executivo fez uma estrada? Mas estão a falar do mesmo ou é uma coisa à parte? As pessoas da Vinha das Pedras usavam aquela passagem pedonal, essencialmente, porque estavam ali naquele espaço isoladas. Se queriam ir ao supermercado mais próximo, tinham que atravessar, ou por aquela passagem pedonal ou pela via. O senhor Presidente da Junta, e bem, juntamente com a Câmara, fez várias referências, e fazem-nas constantemente, às infraestruturas de Portugal, para tratar das vedações, por uma questão de segurança da população que ali circula. Aquela passagem aérea é uma coisa que herdaram do tempo da CDU, que não cumpre o decreto-lei das acessibilidades, mas o que agora fizeram foi uma estrada, que permite mais facilmente até ao viaduto, quer para pessoas que circulem a pé, quer em cadeiras de rodas, e têm melhor acesso ao centro de saúde e a outros espaços. Coisa que, no tempo da CDU, não era pensado, não estava projetado e nem sequer se falava nisso, por isso, este orçamento é olhar para o futuro.

Sobre o arquivo, não cometam os mesmos erros que cometeram no passado, de estarem, por esta altura, a rasgar as vestes, a dizer que era uma vergonha porque no orçamento não estava o centro de saúde, e depois, em janeiro, a obra estava a ser lançada. Não cometam os mesmos erros. Não os vejam a sua imagem. O programa eleitoral do PS está a ser cumprido. Também é certo, que apareceram muitos outros desafios para resolver e tratar. Basta lembrar, e vai dar um exemplo aqui da Moita, aquilo que era uma simples configuração do estacionamento ao lado da Câmara Municipal, na parte tardoz dos bares, rapidamente, se verificou que os bares estavam todos ligados entre eles, em sequência, e depois saíam para uma rede das pluviais, e claro, aquilo cheirava mal. Estavam ligados a uma rede das pluviais. Hoje em dia, se forem à rua de São Sebastião, veem lá duas saídas de esgoto que, supostamente, iriam para as pluviais, e que agora têm que ser encaminhadas para o sítio certo, para a estação elevatória junto ao Centro Náutico. E dá para ver a olho nu.

Já que há tantas pessoas que gostam de invadir as obras da Câmara Municipal, vejam isso também, mas não aconselha que invadam o recinto das obras municipais porque, em caso de acidente, a responsabilidade é do próprio, porque invadiu um espaço que está vedado, ou seja, teve que abrir a rede e entrar. Sabe que houve quem já entrasse, quer para pôr loiças sanitárias, ou para fazer para determinado tipo de plantações, mas não aconselha, porque um espaço de obra, se está sinalizado, é porque não é um espaço de circulação normal. Primeiro, estão a invadir algo que não é suposto lá estarem, e depois porque pode ser perigoso para os próprios.

Depois, falou-se aqui do arquivo, mas ignoram-se os cento e sessenta mil euros que a Câmara Municipal já investiu na digitalização do acervo documental da Câmara, para a digitalização dos processos, e quer dizer que esse digitalizador também servirá a cultura, os documentos antigos que a Câmara tem vão ser todos digitalizados, ou seja, com o mesmo investimento servem-se duas áreas da Câmara, e que isso que não lhes pareça estranho. É a forma de trabalhar do PS. Um equipamento dá para servir mais do que uma ou duas áreas, e se dá para urbanismo e dá para, neste caso, para a cultura, dá para as bibliotecas, é uma mais-valia, e os processos vão ser todos digitalizados, para que os arquitetos, e outras entidades, que queiram submeter os seus projetos os possam submeter por via digital, sem terem necessidade de se deslocar à Câmara, porque também durante este mandato, criaram os Espaços do Cidadão, onde as pessoas, antigamente, vinham cá tratar de duas ou três coisas, e agora tudo o que está previsto na AMA podem aqui tratar, que é uma grande e uma enorme vantagem.

E, neste orçamento, está lá trinta e cinco mil euros, porque quando vão ao ministério da Saúde pedir financiamento, neste caso, para adaptar aquele edifício para profissionais de saúde, têm que saber daquilo que estão a falar, porque não podem estar à espera das candidaturas, e dizer “olha, agora há uma candidatura para uma zona 30”, e pensa, “é pá, agora onde é que a gente vai ter uma zona 30?”, e é muito perigoso trabalhar assim, ao capricho das candidaturas. Têm que ter uma visão para o concelho. Têm que ter uma visão e, às vezes, têm que estar na linha da frente, e só depois é que aparecem as candidaturas. É por isso que já têm trinta e cinco mil euros para o projeto, neste caso, de reconversão do edifício, e a senhora vereadora Anabela Rosa continua em conversações com o ministério da Saúde, independentemente de ser do PSD.

É o Governo que representa o Estado, como um todo, e a Câmara articula com o governo que lá estiver. Seja qual for a cor do governo que lá estiver. De igual forma. E está a desenvolver esforços, e bem, está a ter colhimento, e bem, e espera que chegue a bom termo. Todos estão a trabalhar nesse sentido, e está-se a desenvolver esforços para vir a fonte de financiamento e fazer a reconversão desse edifício. E, quando vier a fonte financiamento, a seu termo, se necessário for, farão uma revisão do orçamento, uma alteração ao mesmo, e virá aqui para integração dessa verba. Agora, não deixam de lutar por aquilo em que acreditam, e por aquilo que querem fazer. E mais havia aqui a dizer.

Responder aqui a duas coisas que são essenciais. Os biorresíduos, sim, a CDU fez uma grande coisa, assinaram uma candidatura para os biorresíduos, compromissaram-se a uma percentagem que não conseguiam alcançar, a taxa de cobertura dos custos que não conseguiam alcançar, à data, porque uma pessoa que tem 30%, 40%, propõe-se atingir 90%, quando não há nenhum concelho que o faça, ou é por desconhecimento ou por irresponsabilidade. Acredita que fosse por desconhecimento, e não quer dizer que a pessoa que o assinou foi tremendamente irresponsável. Não quer dizer isso.

O que aconteceu, é que ainda estão em tribunal por uma adjudicação de um programa, que podia ser adjudicado a mais duas ou três ou quatro ou cinco empresas, por critérios materiais, foi adjudicado a uma determinada entidade por duzentos e tal mil euros. Claro que a Europa lhes veio dizer que, critérios materiais, para aquela matéria, quando havia mais três ou quatro programas no mercado iguais, que podiam fazer a mesma coisa, não podia ser, e mandou-os ir dar uma volta. Tiveram que pagar do seu bolso e não lhes financiou essa verba. E, como a taxa de cobertura era impossível de cumprir, e tanto era impossível de cumprir que foi deixado, depois de ser requisito, nos concursos vindouros, também um dos veículos dos biorresíduos que já foi pago por este executivo.

Por isso, é muito bonito encher o peito e dizer “nós fazemos candidaturas”, mas tenham em atenção as candidaturas que fazem, porque também pode fazer muitas candidaturas, mas depois tem que pensar que têm que as cumprir, e porque, em último caso, alguém vai ter que as pagar, e quem as paga são os municípios, não se esqueçam disso. Quem paga sempre são os municípios, por isso há que ter muito critério na gestão.

Depois, falava aqui o senhor Deputado João Faim, em milhares de euros para uma motoniveladora. Milhares de euros, milhares de euros. Fá-lo lembrar-se a história do CROAE, que só era possível fazer por um milhão e duzentos mil, e fizeram por setecentos e trinta e nove mil. Lembrar que lançaram um concurso para fazer metade, por setecentos e cinquenta mil euros, e ficou deserto, para fazer metade. Este executivo lançou para fazer todo, por setecentos e trinta e nove mil euros. Esta história da motoniveladora está a fazê-lo lembrar isso. Lembrar que, mais caro, é possível comprar sempre. Ganham é em saber comprar barato e bom. Por isso, gastar dinheiro, sabem que na CDU eram peritos. Sabem que eram peritos a esbanjar dinheiro e a jogar dinheiro.

Agora, esticar a coisa, não aumentar impostos e fazer mais obra, ainda para mais, como a CDU fala, este é o maior orçamento, e dá ideia que, de repente, a Câmara Municipal descobriu aí um poço de dinheiro, quando não dizem que os valores que têm a mais, também é fruto da descentralização de competências. E que, na parte da alimentação das crianças, é subsidiado pela Câmara Municipal, porque os valores que são estabelecidos para a alimentação não cobrem os valores dos concursos que foram feitos, e estão em negociação permanente. Também estão em negociação permanente na área dos transportes escolares, e não fazem como alguns municípios aqui à volta, e não vai dizer a cor, parece mal, parece que está só aqui a dizer que é da CDU, que, pura e simplesmente, não fizeram os transportes escolares. Não vai fazer isso.

Mas, para o senhor Deputado Municipal ficar a saber qual é a rubrica, passa a dizer que está na página um de 10, do orçamento inicial das Grandes Opções do Plano 2025, na posição nove, aquisição e reparação de máquinas e equipamentos da DGV, trezentos mil euros. Está cá. Não sabe onde é que viu os sessenta mil, se calhar, não estão a ver o mesmo. Mas, também sabe o que é integração do saldo, por isso, “não vamos ter essa conversa, porque eu sei que você sabe que eu sei que você sabe o que está a dizer, este aspeto”.

Ainda sobre uma coisa muito importante, os pontões, fizeram um protocolo com a APL, parte deles já chegaram, estão no estaleiro do Mestre Jaime, e o resto ainda está por vir. Foi feita uma articulação entre a Câmara Municipal, a APL e Fuzileiros, entidade à qual, desde já, endereça seu maior agradecimento. Os Fuzileiros, instalados no Barreiro, cooperaram com a Câmara Municipal no sentido de irem à APL, a Lisboa, fazer o transporte dos fingers, e ainda falta trazer para cá alguns pontões que são maiores, para serem requalificados. Alguns dos fingers já foram colocados no Gaio, e foram identificados por todos os centros náuticos, de Alhos Vedros, da Moita, e até foi pensado colocar na Baixa da Banheira. Estão todos identificados no concelho, e os que necessitam de ser restaurados, vão ser restaurados e vão ser colocados.

Mas, também lhe quer dizer uma coisa, olhando olhos nos olhos, e espera que não se importe, é que irá ser feito, de preferência, com a prata da casa. Estes trabalhos, como fizeram o do moinho e outros,

valorizando os trabalhadores do município. Sempre que possível, fazendo com a prata da casa por duas ordens de razão, o trabalho fica igualmente bem feito, e à Câmara sai economicamente mais vantajoso fazer com os seus trabalhadores. É também uma maneira, neste caso, de os valorizar, de dizer que têm pessoas que sabem trabalhar, e acha que é um orgulho para todos os trabalhadores da Câmara, hoje em dia, quando olham ali para o moinho que foi cedido aos romeiros, verem uma obra daquela natureza.

Se calhar, a requalificação do moinho no Gaio Rosário e Sarilhos Pequenos, vai ser muito mais avultada, também irá acontecer para o próximo ano, e terá valores sempre acima dos cento e vinte mil euros, mas em materiais, para o dos romeiros, a Câmara Municipal gastou quarenta mil euros. Agora, imaginem, pôr em cima disso as horas trabalhadas, a maquinaria utilizada, os andaimes utilizados. Por isso, têm os equipamentos, tentam comprar as máquinas, e sempre que possível compram as máquinas, como compraram a plataforma elevatória para deixarem de ter que alugar, e depois vão continuar a desenvolver este trabalho.

Em seguida, pediu permissão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para passar a palavra à Vice-presidente Sara Silva, que queria dar aqui um tópico rápido sobre deste orçamento, para falar dos investimentos que foram feitos em higiene urbana, herbicidas, etc., um enorme investimento que foi feito nestas áreas, que foi colocado aqui pelo senhor Deputado Municipal João Figueiredo, e também consta neste orçamento o enorme investimento que estão a fazer nestas áreas.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Dizer que também a espanta um bocadinho aquilo que ouviu do senhor Deputado João Figueiredo, e gosta sempre de ouvir esta frase muito apreciada dentro da bancada da CDU, “obra deixada por nós”, “a obra é nossa”. A obra não é de ninguém, a obra é de quem a executa e de quem a paga, não é da CDU. A obra é de quem a executa e de quem a paga.

Depois, também achava que, no lugar da CDU, estaria seriamente preocupada, porque todas estas propostas, que não chegou nem uma da bancada da CDU, porque, na realidade, faltaram à reunião de auscultação dos partidos ao abrigo do estatuto da oposição. Aí sim, é que podiam apresentar propostas, porque o e-mail, ao contrário daquilo que diz, o e-mail foi enviado no dia 18 de novembro para o PCP Moita, que é aquele que lhes deram indicação para enviar. Portanto, aí sim, ficava deveras preocupada pelo facto de não quererem fazer parte da solução para o desenvolvimento do concelho, e assim, no seu lugar, ficava deveras preocupada.

Dizer também, já agora, sobre a grande questão que colocou aqui da higiene urbana, em vez de estar preocupado com o programa eleitoral, e com os orçamentos interiores, que acha que se devia focar no orçamento de 2025 e ver, na realidade, o que é que está previsto para a higiene urbana neste orçamento. E vai-lhe dizer, que a implementação dos biorresíduos começou com o PS, em janeiro de 2022, na realidade, que já está no alargamento a vários prédios, que começou nas moradias, que se está a encaminhar e que, de facto, foi um grande projeto que levaram a cabo, e que agora também já está nas cantinas, nos refeitórios, nos mercados municipais e, inclusive, nos refeitórios de empresas. Portanto, estão também aqui, na questão dos biorresíduos, a dar andamento.

Depois, vai falar sobre a higiene urbana, e só lhe vai dar alguns exemplos. Têm desinfestações com quatro reforços, têm a recolha de monos com equipas internas e externas, têm a recolha seletiva de têxteis com a Humana, já com protocolo, não de forma verbal, a CDU tinha contratos verbais, agora têm protocolo assinado, e foi a concurso público. Têm também a recolha de verdes por agendamento, têm a recolha de óleos alimentares, a recolha de equipamentos elétricos e eletrónicos, quatro ecocentros móveis, mais quatro que vão instalar, têm a contratação de lavagem de contentores, com cinco circuitos por ano, têm a instalação de três ilhas ecológicas em 2024 e têm a construção de gares, contentores e a substituição de contentores. Portanto, queria que lhe dissesse, daqui desta lista toda, o que é que tinham no mandato anterior.

Depois, falou tanto na candidatura das obras do Palacete, e vão precisar, de facto, de uma candidatura para uma segunda fase. Estão a aguardar essa candidatura para uma segunda fase no PT2030. Mas, vão falar de equipamentos culturais, que é aquilo que também lhes interessa, já que falou num deles. Um equipamento cultural, num investimento que fizeram na cultura, com programação diversificada. Já não têm o Fórum com meia dúzia de pessoas, têm o Fórum lotado em todos os espetáculos que lá têm. Lotado, É diferente de ter uma miséria de programação, como tinham, e ter quatro e cinco pessoas lá dentro. Portanto, têm uma programação diversificada, mas também fizeram investimento no Fórum. Fizeram muito investimento no Fórum, inclusive o das cadeiras que tanta preocupação trouxe à CDU, que deixaram no estado que deixaram e que as recuperaram.

Portanto, queria dizer também ao senhor Deputado João Figueiredo, que olhe para o orçamento, olhe os investimentos relevantes, e vai dar alguns exemplos. Na questão da habitação, como aqui já foi

falado, na construção, aquisição e reabilitação de habitação social, na construção do pavilhão desportivo da escola secundária da Baixa da Banheira, no posto da GNR, nas repavimentações, e não, não vão começar em agosto, como a CDU começou na véspera das eleições de 2021, na reformulação do eixo urbano entre a estação ferroviária e a avenida Humberto Delgado, em Alhos Vedros, na consolidação da frente ribeirinha, pista certificada, praia do Rosário, reabilitação do espaço público e conservação e reparação de edifícios municipais, que são aqueles que mais lhes tocam, que têm maior investimento, e que lhes salta, portanto, aqui é que devia focar a sua atenção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com quinze votos a favor do PS; quatro abstenções, sendo duas do BE, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes; dez votos contra da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora

“Esta reunião é uma das mais importantes entre as que, periodicamente, se realizam, uma vez que estão em apreciação documentos fundamentais para a vida do município e dos cidadãos que aqui vivem.

Este orçamento e GOP da Câmara da Moita, revela uma gritante falta de resposta eficaz às necessidades dos munícipes, no que à habitação diz respeito.

Analisados os documentos, continuamos a reafirmar a pertinência e urgência de uma real intervenção na requalificação do parque urbano das zonas históricas, que apresentam sinais de degradação e abandono.

Ainda sobre este assunto, recordamos, mais uma vez, o enorme défice de habitação de emergência e de habitação social do nosso concelho, défice este que é urgentíssimo ultrapassar.

Defendemos uma política de aquisição, de acordo com a legislação em vigor, de andares no interior das freguesias, em substituição da construção de raiz, com todas as consequências que isso acarreta em termos de mobilidade e ecologia.

Reafirmamos a necessidade de um combate às emissões ambientais junto ao rio.

Reafirmamos a pertinente implementação de um projeto de construção de passadiços, localizado em zonas de sapais, que valorizem a criação de percursos de interpretação e observação de ecossistemas, e também de valorização do nosso património natural e cultural.

Reafirmamos, contrariamente, à proposta do executivo de vender terrenos camarários na zona sul da Baixa da Banheira, a necessidade de criação de uma zona verde, bem como parques infantis de que esta zona tanto carece.

Este orçamento, não tem, seguramente, perspetivas de romper com a gestão festivaleira que tem sido característica do atual executivo, menosprezando o apoio às IPSS's concelhias, em prol de festas, festinhas e festanças, demonstrando com isso uma clara falta de visão social e estratégica para o concelho.

Criticámos os mais de 600 000 € previstos para festas e festinhas, quando se deixa cair programas solidários concelhios de apoio aos sem abrigo, tais como o Capacitar, por alegada falta de verbas.

Na audição no âmbito do direito de oposição, recordámos que o orçamento de 2025 devia integrar medidas essenciais à construção de um concelho mais coeso, solidário e sustentável.

Recordámos a necessidade de uma política de asfaltamento concelhio, que não se coaduna com os valores orçamentados.

As GOP, embora bem ornamentadas em termos publicitários, deixam-nos a ideia de que não passarão de cosmética, mas garantimos que exigiremos que sejam mais do que isso.

Sendo este orçamento um dos maiores de sempre em termos de receitas, fruto de verbas resultantes de transferências de responsabilidades para o município, é pela mesma razão, o maior em termos de despesa, o que o limita em termos transformadores e não reflete um compromisso para melhores condições habitacionais, sociais ambientais.

Pelas razões expostas nas intervenções feitas durante o debate, e agora refletidas nesta declaração, o Bloco de Esquerda ao abster-se na votação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, reafirma a sua coerência de princípios, com uma política crítica, mas construtiva, em defesa do município, dos seus trabalhadores e dos cidadãos que nele vivem.

Os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda”

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Faim

“Os eleitos da CDU votaram contra a proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal para 2025, uma vez que a elaboração do mesmo, reflete, mais uma vez, a ausência de diálogo, por parte da gestão do PS no executivo municipal, quer com a oposição, quer principalmente com a população.

Decorridos mais de três anos de mandato, e tratando-se do último orçamento apresentado por este executivo, o PS, na Câmara Municipal da Moita, não cumpriu a sua promessa de implementar o Orçamento Municipal Participativo. É apenas mais uma das muitas promessas do PS não cumpridas.

Em suma: o Orçamento, e o Plano Plurianual de Investimento, e as Grandes Opções do Plano, apresentados pela Câmara Municipal, não passam de mera proposta virtual, transformada num orçamento propagandístico de marketing político.

O Orçamento apresentado pelo PS, peca não só pela ausência de transparência, mas principalmente pela falta de objetivos estratégicos para o concelho da Moita, não podendo os eleitos da CDU avaliar positivamente um orçamento nestas condições.

Moita, 11 de dezembro de 2024”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“O Grupo do Partido Socialista (PS) na Assembleia Municipal da Moita vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º1 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal, fazer constar da ata sessão ordinária de Assembleia Municipal de dia 11 de dezembro de 2024, a sua declaração de voto referente à proposta 261/2024, fundamentando-a nos termos a seguir apresentados:

O Partido Socialista votou favoravelmente às Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Municipal para 2025, reconhecendo o compromisso do executivo com um desenvolvimento sustentável e inclusivo, pautado por rigor, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos. Este plano é coerente com os valores defendidos pelo Partido Socialista e responde aos desafios contemporâneos do nosso concelho, colocando as pessoas e o futuro da Moita no centro das prioridades.

As GOP para 2025 refletem uma visão estratégica sólida, ancorada em investimentos significativos em áreas estruturantes que consideramos essenciais para promover a qualidade de vida dos munícipes e o progresso do concelho. Destacamos, em particular, os seguintes eixos de atuação:

No **Saneamento Básico e Infraestruturas Essenciais** verifica-se a continuidade no investimento, nomeadamente a construção da rede de drenagem de águas residuais no Bairro 1º de Maio, no Penteado, que é uma prioridade inquestionável. Este projeto, essencial para garantir a dignidade e o bem-estar das famílias residentes, é um exemplo claro da aposta no desenvolvimento sustentável e na preservação ambiental.

Na **Mobilidade e Requalificação Urbana** com a Reformulação do Eixo Urbano entre Estação Ferroviária de Alhos Vedros e a Av. Humberto Delgado, contando com a requalificação do Largo da Misericórdia, ou a Consolidação da Frente Ribeirinha da Marginal da Moita, e outras intervenções urbanísticas que reforçam o compromisso com um concelho mais acessível, integrado e atrativo.

No que respeita à **Gestão Sustentável de Resíduos e Ambiente**, prevê-se o alargamento da recolha seletiva de biorresíduos, aliado ao avanço de novos projetos como a compostagem doméstica e a instalação de ilhas ecológicas, que demonstra um compromisso inequívoco com a sustentabilidade ambiental. Este é um investimento fundamental para modernizar a gestão de resíduos e garantir um concelho mais limpo e saudável.

Na **Educação e Apoio às Famílias**, temos o reforço de iniciativas como a distribuição gratuita de cadernos de atividades e a continuidade do programa de fruta escolar e o programa da Escola a Tempo Inteiro, que revelam uma visão progressista e solidária, apoiando diretamente as famílias e garantindo

igualdade de oportunidades para as nossas crianças, assim como, a requalificação e modernização das infraestruturas escolares que reforçam este compromisso com o futuro.

A **Habitação e Inclusão Social**, com implementação do regulamento de atribuição de habitação em regime de renda apoiada, alinhada à Estratégia Local de Habitação, é um passo concreto e estratégico para dar resposta às necessidades habitacionais das famílias mais vulneráveis, garantindo o direito a uma habitação digna e acessível, que conta com um investimento superior a 4 milhões de euros em 2025.

O **Turismo, Desenvolvimento Económico e Juventude**, com a valorização do património ribeirinho e a promoção sustentável do turismo, como o projeto do Sítio das Marinhas e o barco tradicional “O Boa Viagem”, são ações estruturantes para dinamizar a economia local e fortalecer a identidade cultural do nosso território. Paralelamente, a aposta na criação do Conselho Municipal Jovem promove uma maior integração dos jovens na construção de um concelho mais participativo.

No **Desporto**, prevê-se a construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária da Baixa da Banheira, o Complexo Desportivo de Atletismo, e o alargamento de projetos desportivos para todas as faixas etárias, num investimento para 2025 superior a 2 milhões de euros.

Por fim, é importante ressaltar que este plano é desenvolvido com **responsabilidade financeira** e alinhado aos objetivos de sustentabilidade ambiental, inclusão social e modernização administrativa. Estas Grandes Opções do Plano e Orçamento são um reflexo claro do compromisso assumido com os municípios e do trabalho consistente desenvolvido nos últimos anos.

O Partido Socialista reafirma, assim, o seu **voto favorável** às GOP e Orçamento de 2025, ciente de que este plano coloca o concelho da Moita no caminho de um futuro mais justo, sustentável e próspero. Continuaremos a trabalhar ativamente para acompanhar a sua execução e garantir que os compromissos assumidos sejam concretizados em benefício de todos os municípios.

Moita, 11 de dezembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita”

Dado o adiantado da hora, e em conformidade com o nº2 do artigo 27º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, o Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, interrompeu a sessão, sendo os restantes pontos da ordem do dia protelados para a segunda reunião da presente sessão, a realizar no dia 12 de dezembro de 2024, pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita.

Em seguida deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a primeira reunião, era uma hora e cinco minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

António Duro

António Chora

Cláudia Fera

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA			
XIII MANDATO 2021 - 2025			
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 28.09.2024 A 11.12.2024			
EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO			
Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
098	01-10-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 25.09.2024
099	15-10-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 08.10.2024
100	15-10-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para conhecimento, a Proposta nº224/XIII/2024, intitulada "Autorização de pagamento da quota anual - CVD-ARICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, Associação de Municípios", aprovada na reunião de 08.10.2024
101	05-11-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 30.10.2024
102	15-11-2024	Elvis João Duarte de Freitas	Solicita a renúncia do mandato
103	16-11-2024	Raquel de Jesus Garcia Capucho	Solicita a renúncia do mandato
104	18-11-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 13.11.2024
105	18-11-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para inclusão e apreciação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Regulamento do Cuidador Informal das Colónias de Gatos do Município da Moita; Saída do Município da AIA – Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal
106	19-11-2024	ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Informa o valor da quota para 2023
107	02-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para inclusão e apreciação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Orçamento, Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano 2025; Mapa de Pessoal do Município da Moita para o ano 2025; Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024; Lançamento de Derrama 2025; Fixação Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2025
108	02-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para inclusão e apreciação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Versão Final do Projeto de Regulamento de Atribuição e de Gestão de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município da Moita

109	02-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 27.11.2024
110	02-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião extraordinária realizada no dia 28.11.2024
111	06-12-2024	Miguel Francisco Amoêdo Canudo	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 11 e 12 de dezembro
112	06-12-2024	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 11 e 12 de dezembro
113	06-12-2024	Cândida de Lurdes Gomes Vinagre	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 11 e 12 de dezembro
114	06-12-2024	João Pedro Oliveira Vargas da Palma	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 11 e 12 de dezembro
115	06-12-2024	Edgar Miguel Amieiro Casimiro	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 11 e 12 de dezembro
116	09-12-2024	Susana Isabel Horta Martins	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 11 e 12 de dezembro
117	09-12-2024	José Duarte Batista Marques	Solicita a renúncia do mandato
118	09-12-2024	Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira	Informa que na 1ª reunião da sessão ordinária de dezembro, dia 11.12.2024, se fará substituir pelo Secretário, Pedro António da Cruz Oliveira
119	09-12-2024	Maria João Júdice de Mendonça Baptista Marques	Solicita a renúncia do mandato
120	09-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete Relatório da Atividade Municipal referente aos meses de setembro e outubro de 2024
121	10-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para inclusão e apreciação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Retificação mapa de pessoal; Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal
122	10-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 06.12.2024
123	10-12-2024	Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias	Informa que na Sessão Ordinária de dezembro se fará substituir pelo Tesoureiro, Luís Cerqueira